

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**  
**COMPRASGOV Nº 90001/2026**  
**SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026**

OSMAR SERRA BOMFIM FILHO, Prefeito do Município de Caroebe/RR, no uso de suas atribuições legais, torna público que o **MUNICÍPIO DE CAROEBE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na **Avenida Perimetral Norte, s/n, Centro, Caroebe – RR, CEP: 69.378-000**, inscrito no CNPJ nº **01.614.606/0001-80**, por meio da Secretaria Municipal competente, realizará **licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**.

A sessão pública será realizada por meio do **Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br**, conforme condições estabelecidas neste Edital.

O procedimento licitatório será realizado **nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 169, de 22 de dezembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014**, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Os trabalhos serão conduzidos por **Agente de Contratação/Pregoeiro (a)**, auxiliado pela **Equipe de Apoio**, devidamente designados pela Administração Municipal, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para o sistema eletrônico do **Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br**.

Por meio do referido sistema eletrônico, os interessados poderão acompanhar o andamento da sessão pública, encaminhar propostas, formular lances e exercer os demais atos inerentes ao procedimento licitatório.

**1. LOCAL, DATA E HORÁRIO DA ABERTURA E RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**

A **ABERTURA DO CERTAME** será no dia, hora e local abaixo indicado:

**DATA:** 27/04/ 2026

**HORA:** 10h00min (horário de Brasília/DF)

**LOCAL:** Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br -  
<https://www.gov.br/compras/pt-br>

**CÓDIGO UASG:** 980030

**2. LOCAL E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL**

2.1 Prefeitura Municipal de Caroebe/RR - Avenida Perimetral Norte, s/n, Centro, Caroebe – RR – CEP: 69.378-000;

2.2 Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP - <https://pncp.gov.br>;

2.3 Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br -  
<https://www.gov.br/compras/pt-br>

**3. OBJETO**

3.1. O presente procedimento licitatório tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA**

**AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS**, destinados ao atendimento das necessidades da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Caroebe – RR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, especialmente no Termo de Referência (Anexo I);

3.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**;

3.3. A licitação será dividida em LOTES, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência (Anexo I), que integra este Edital para todos os fins;

3.4. O **valor global estimado da contratação é de R\$ 3.890.087,60 (três milhões, oitocentos e noventa mil, oitenta e sete reais e sessenta centavos)**;

3.5. O procedimento será realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021;

3.6. **Modo de disputa:** Aberto e fechado;

3.7. **Tipo de participação:** A presente licitação será realizada com participação de ampla concorrência para os lotes indicados no Termo de Referência, sendo reservado lote específico para participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

3.8. Será assegurado tratamento diferenciado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável.

3.9. Será exigida garantia de proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do(s) lote(s) para o(s) qual(is) o licitante apresentar proposta.

3.10. A garantia deverá ser apresentada juntamente com a proposta e poderá ser prestada nas modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

3.11. O depósito, quando adotado, deverá ser efetuado em favor da Prefeitura Municipal de Caroebe/RR (CNPJ 01.614.606/0001-80), na conta Banco do Brasil (001), Agência 3783-4, Conta Corrente 20.453-6.

3.12. O descumprimento das exigências acarretará a desclassificação da proposta, podendo ensejar execução da garantia, conforme art. 58, §1º.

#### **4. DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

#### **5. DO CREDENCIAMENTO**

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROEBE**

Avenida Perimetral Norte, s/n, Centro - Caroebe – RR - CEP: 69.378-000

Email: [gabpmc2020@gmail.com](mailto:gabpmc2020@gmail.com)

5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

6.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo **ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

6.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema;

6.1.2. A presente licitação será de livre concorrência, exceto para o lote destinado à participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores. Para os demais lotes, a participação será aberta a todas as empresas interessadas, observadas as condições estabelecidas neste edital e o disposto no art. 4º, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a respectiva está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

### **6.3. Não poderão disputar esta licitação:**

6.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.3.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

6.3.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.3.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.3.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.3.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.3.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.3.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.3.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- 6.3.10. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 6.3.11. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 6.3.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.3.13. O impedimento de que trata o item 6.3.6, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 6.3.14. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.3.4 e 6.3.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;
- 6.3.15. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 6.3.16. O disposto nos itens 6.3.4 e 6.3.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;
- 6.3.17. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 6.3.18. A vedação de que trata o item 6.3.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**6.4. Não se admite a participação na licitação mediante remessa da documentação e proposta de preço por fax ou e-mail.**

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão, *exclusivamente por meio do sistema eletrônico*, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório

- 7.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 7.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 7.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.3.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 7.3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.3.8. Nos itens/lotos exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item/lotos;
- 7.3.9. Nos itens/ lotos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 7.4. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 7.4.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 7.4.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 7.4.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 7.4.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 7.4.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 7.4.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 7.4.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 7.4.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;



- 7.4.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 7.4.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 7.4.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 7.4.12. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.4 e subitens deste edital.
- 7.4.13. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.4.14. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 7.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 7.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 7.6.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 7.6.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 7.6.3. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 7.6.4. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 7.6.5. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 7.6.6. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.6 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 7.6.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 7.6.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 7.6.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 7.6.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. **Valor unitário por item e valor total do lote, em algarismos, bem como o respectivo valor total por extenso.**

8.1.2. **Marca/Modelo do produto ofertado.**

8.1.3. Descrição detalhada do objeto ofertado, conforme especificações constantes no Termo de Referência, com obrigatória indicação da marca/modelo e demais características que permitam a correta identificação do produto.

8.2. A proposta deverá ser elaborada com base nos quantitativos estimados e nas especificações constantes no Termo de Referência, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante a fidelidade das informações e a conformidade com o objeto licitado.

8.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso, nos termos do art. 12, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os preços unitários; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.5. A proposta deverá ser firme, precisa e estritamente limitada ao objeto deste Edital e às especificações estabelecidas no Termo de Referência, vedada a apresentação de alternativas de preços, condições diferenciadas ou quaisquer elementos que possam ensejar interpretações dúbias ou múltiplos resultados no julgamento, sob pena de desclassificação.

8.5.1. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos. Em caso de divergência entre as especificações descritas no Catálogo de Materiais (CATMAT) do sistema COMPRAS.GOV e aquelas constantes do Termo de Referência, prevalecerão as especificações do Termo de Referência.

8.6. A proposta deverá conter a descrição detalhada do objeto ofertado, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, com obrigatória indicação da marca e modelo, vedadas descrições genéricas ou meras transcrições literais do Termo de Referência.

8.6.1. Não serão aceitas descrições genéricas, transcrições do Termo de Referência ou documentos sem origem comprovada do fabricante, sob pena de desclassificação da proposta pelo Pregoeiro (a).

8.6.2. Para fins de análise técnica da proposta, o licitante deverá apresentar catálogo, ficha técnica, prospecto ou documento equivalente, contendo as especificações do produto ofertado, de forma a permitir a verificação de conformidade com o Termo de Referência pelo Pregoeiro (a) ou equipe técnica designada.

8.6.3. O catálogo ou ficha técnica deverá permitir a identificação clara do produto ofertado, contendo no mínimo marca, modelo ou referência, fabricante, especificações técnicas e características do material.

8.6.4. Quando necessário para verificação da conformidade com o Termo de Referência, o Pregoeiro (a) poderá solicitar amostra do produto ofertado, nos termos estabelecidos neste edital e seus anexos.

8.6.5. A amostra, quando solicitada, será utilizada exclusivamente para fins de avaliação técnica e verificação de conformidade com as especificações do Termo de Referência, podendo ensejar a desclassificação da proposta pelo Pregoeiro (a) caso seja constatada incompatibilidade com as exigências do edital.

8.7. Todas as informações, características e especificações constantes da proposta vincularão o licitante para todos os fins.

8.7.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, salvo quando expressamente autorizado neste edital.

8.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.8.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.8.2. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.8.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

8.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.10. Os licitantes deverão respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência, que servirão como limite para aceitação das propostas pelo Pregoeiro (a).

8.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas poderá ensejar responsabilização perante os órgãos de controle, inclusive o Tribunal de Contas, nos termos da legislação vigente.

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o **Pregoeiro (a)** e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item dos respectivos lotes**.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema**, observado o critério de julgamento de **menor preço**.

9.8. O intervalo mínimo entre os lances, tanto para os lances intermediários quanto para o lance que cobrir a melhor oferta, será de **R\$ 0,01 (um centavo)** nos certames cujo critério de julgamento seja **menor preço**.

9.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **quinze segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.



9.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

9.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

9.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

9.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.11.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.11.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.11.9. No caso de desconexão com o Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.11.10. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.11.11. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.11.12. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11.13. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro (a).

9.11.14. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

9.11.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre

nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.11.16. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

9.11.17. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

9.11.18. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.11.19. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.11.20. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.11.21. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.11.22. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

9.11.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.12. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

9.12.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.12.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.12.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.13. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.13.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.13.2. empresas brasileiras;

9.13.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.13.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.14. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9.15. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.16. Tratando-se de licitação em lote, a contratação posterior de item específico do lote exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

9.17. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.19. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.20. O Pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a **proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.21. A proposta (atualizada) deverá ser redigida em língua portuguesa, por meio datilografado ou digitado, em uma única via, **sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas**, sendo obrigatória a assinatura do licitante ou de seu representante legal na última folha e o rubrico das demais.

9.22. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.23. É facultado ao Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.25. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **menor preço por lote**, conforme definido no objeto da licitação. Dessa forma, as licitantes deverão apresentar suas propostas de preços de forma individualizada para cada **lote**, anexando os documentos correspondentes em seus respectivos campos no sistema eletrônico. A ausência de proposta em determinado **lote** acarretará a **desclassificação da licitante em relação ao(s) respectivo(s) lote(s)**, não sendo possível o prosseguimento para as etapas subsequentes de aceitação e julgamento quanto a esses lotes.

## **10. DA FASE DE JULGAMENTO**

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente

quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

10.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

10.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no **CPF do sócio majoritário da empresa licitante**, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

10.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro (a)/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

10.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

10.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

10.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.7. **A consulta Situação do Fornecedor não dispensa o licitante de apresentar toda a documentação exigida (Habilitação Fiscal e Trabalhista, Qualificação econômico-financeira e Qualificação Técnica).**

10.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro (a)/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

10.8.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

10.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.10. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

- 10.10.1. conter vícios insanáveis;
- 10.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 10.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração ou pelo Pregoeiro (a);
- 10.10.5. não apresentar catálogo, ficha técnica, prospecto ou documento equivalente do fabricante que permita a verificação da conformidade do produto ofertado com as especificações do Termo de Referência, quando exigido no edital;

10.10.6. deixar de apresentar amostra do produto, quando solicitada pelo Pregoeiro (a), dentro do prazo estabelecido no edital ou durante a sessão pública;

10.10.7. apresentar amostra em desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;

10.10.8. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou de seus anexos, desde que insanável.

10.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.11.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro (a), que comprove:

10.11.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.11.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.14. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no **prazo de 02:00 horas (duas)**, contado da solicitação do Pregoeiro (a), com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro (a) no momento da aceitação do lance vencedor.

10.15. É facultado ao Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

10.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

10.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.18. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

10.19. O Pregoeiro (a) analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado local em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;



10.20. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.21. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro (a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **11. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

11.1. Os documentos previstos neste Edital e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A habilitação do licitante mais bem classificado será verificada por meio da análise dos documentos apresentados e dos registros constantes no SICAF, no que couber, abrangendo a habilitação jurídica, a regularidade fiscal, social e trabalhista, a qualificação econômico-financeira e a qualificação técnica.

11.3. Constatada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, após consulta nos meios previstos neste Edital, o Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por ausência de condição de participação.

11.4. Havendo necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado pelo Pregoeiro (a) a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

11.5. Somente haverá necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ ou CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.7. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

11.10. Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, sob pena de inabilitação, declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.11. O licitante deverá apresentar declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

11.12. O licitante deverá apresentar declaração de que dispõe de condições para o fornecimento dos materiais, em conformidade com as exigências do Edital e do Termo de Referência, quando exigido para a execução do objeto.

11.13. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.14. A consulta aos registros cadastrais e a verificação da documentação complementar serão realizadas pelo Pregoeiro (a) em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

11.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

11.16. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

11.17. A verificação pelo Pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

11.18. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos será realizada somente em relação ao licitante mais bem classificado.

11.19. Os documentos relativos à regularidade fiscal, social e trabalhista somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

**11.19.1. Habilitação jurídica:**

11.19.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.19.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

11.19.2. No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada (incluindo as empresas anteriormente constituídas como EIRELI): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório da representação legal;

11.19.2.1. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.19.2.2. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.19.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

11.19.2.4. No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente;

11.19.2.5. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**11.19.3. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidação atualizada.**

11.19.4. Nos termos da Lei nº 5.764/1971, serão exigidos, ainda, das licitantes que se enquadrem como sociedades cooperativas, os seguintes documentos complementares: A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764/1971;

a) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

b) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários ao

objeto;

c) O registro previsto na Lei n. 5.764/1971, art. 107;

d) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

11.19.4.1. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) Ata de fundação;

b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou reuniões seccionais;

f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

11.19.4.2. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **11.19.5. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

11.19.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; atualizado, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;

11.19.5.2. Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União; devidamente atualizada;

11.19.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); devidamente atualizada;

11.19.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; devidamente atualizada;

11.19.5.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.19.5.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; devidamente atualizada;

11.19.5.7. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; devidamente atualizada;

11.19.5.8. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.19.5.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### 11.19.6. Qualificação Econômico-Financeira:

11.19.6.1. Certidão Negativa de Falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 60 (sessenta) dias da data para a apresentação da documentação, exceto quando dela constar o prazo de validade;

11.19.6.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.19.6.3. O conjunto completo das demonstrações contábeis obrigatórias compreende: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício. -DRE e Notas Explicativas.

11.19.6.4. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;

11.19.6.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

11.19.6.6. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

11.19.6.7. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

11.19.6.8. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.19.6.9. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

11.19.6.10. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

11.19.7. **Qualificação Técnica:** A qualificação técnica será aferida conforme as exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021. Quando exigido no Termo de Referência, o licitante deverá apresentar documentos aptos a demonstrar sua capacidade para fornecer os materiais licitados, em conformidade com as especificações, quantitativos e condições de entrega previstas para o objeto.

## 12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

12.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

12.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

12.9. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado, desde que cumprido os requisitos **Consoante Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU**.

## 13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

13.1.2. os licitantes que mantiverem sua proposta original



13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **14. DOS RECURSOS**

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 minutos;

14.3.2.1. Nesse momento o Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

14.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido ao responsável pela condução do edital, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

#### **15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

- 15.1. A sessão pública poderá ser reaberta nas seguintes hipóteses:
- 15.1.1. Quando houver provimento de recurso administrativo que resulte na anulação de atos anteriores à sessão pública, ou na anulação da própria sessão, hipótese em que deverão ser repetidos os atos anulados e os deles decorrentes, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.1.2. Quando for verificado erro na aceitação da proposta melhor classificada ou nas hipóteses de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, retirar o instrumento equivalente ou comprovar a regularização fiscal e trabalhista, conforme previsto no art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006.
- 15.2. Os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a nova sessão pública, assegurando-se a ampla publicidade e transparência do procedimento.
- 15.2.1. A convocação será realizada por meio do sistema eletrônico (chat) e, se necessário, também por e-mail, conforme os dados de contato constantes na proposta ou cadastrados no sistema de compras.
- 15.2.2. É de exclusiva responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados, inclusive endereço eletrônico, sob pena de preclusão quanto ao direito de manifestação por ausência de ciência.

#### **16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 16.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro (a) durante o certame;
- 16.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
- 16.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 16.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
- 16.1.2.3. não apresentar catálogo, ficha técnica, prospecto ou documento equivalente, quando exigido no edital ou solicitado pelo Pregoeiro (a) para fins de análise da proposta;
- 16.1.2.4. não apresentar amostra, quando exigida no edital ou solicitada pelo Pregoeiro (a) para verificação de conformidade do produto com o Termo de Referência;
- 16.1.2.5. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 16.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

- 16.1.6. fraudar a licitação;
- 16.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 16.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 16.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 16.1.7.3. apresentar catálogo, ficha técnica, prospecto, amostra ou qualquer documento técnico em desconformidade com o produto efetivamente ofertado;
- 16.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 16.2.1. advertência;
- 16.2.2. multa;
- 16.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 16.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 16.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor estimado da contratação ou do lote adjudicado ao licitante, conforme o caso.
- 16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7, 16.1.8 e 16.1.9, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação ou do lote adjudicado ao licitante, conforme o caso.
- 16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente ou não à penalidade de multa.
- 16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a que pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7,

16.1.8 e 16.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente cabíveis.

16.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.12. Caberá pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

16.15. Para garantia da ampla defesa e do contraditório, as notificações poderão ser encaminhadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial e para aqueles cadastrados no SICAF.

16.16. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados válidos para fins de comunicação oficial, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações regularmente encaminhadas.

## **17. DA CONSULTA, IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

17.1. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar, por sua exclusiva responsabilidade, as publicações, comunicações, avisos, esclarecimentos, retificações e o andamento do processo licitatório nos meios oficiais de divulgação utilizados pela Administração.

17.1.1. As publicações e divulgações do certame poderão ocorrer, conforme o caso, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, no portal oficial/transparência da Prefeitura Municipal de Caroebe/RR, bem como em outros meios oficialmente utilizados pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17.1.2. A Administração poderá, justificadamente, deixar de publicar em um ou mais dos meios acima referidos, conforme a natureza, a fase e o valor da contratação, observada a legislação aplicável, sem que isso gere direito à alegação de desconhecimento por parte dos interessados.

17.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

17.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.4. A impugnação ao edital e os pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados por meio eletrônico, por endereço institucional informado neste Edital, ou de forma presencial no endereço constante do preâmbulo, situado na sede da Prefeitura Municipal de Caroebe/RR, observado o horário de expediente e o prazo legal.

17.4.1. Em qualquer caso, o interessado deverá informar seus dados cadastrais completos, incluindo, quando for o caso, razão social, CNPJ, nome do representante legal, telefone, e-mail para contato e a identificação do processo licitatório a que se refere a manifestação.

17.4.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimento serão recebidos e processados na forma do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, observado o prazo legal.

17.5. As impugnações e os pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

17.6. Quando a impugnação ou o pedido de esclarecimento tratar de matéria de ordem técnica, especificações do objeto ou disposições constantes do Termo de Referência, o Pregoeiro (a) poderá encaminhá-lo ao setor requisitante ou à área técnica competente, para manifestação, a qual subsidiará a resposta da Administração.

17.7. O Município de Caroebe/RR não se responsabilizará por impugnações e pedidos de esclarecimento apresentados em endereço diverso daquele indicado neste Edital, ou fora do prazo legal, e que, por essa razão, não tenham sido tempestivamente conhecidos.

17.8. Acolhida a impugnação ao edital que resulte na necessidade de alteração do conteúdo do instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

17.8.1. As retificações do edital, sejam de ofício ou decorrentes de impugnação procedente, serão divulgadas pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do texto original.

17.8.2. Será reaberto o prazo inicialmente estabelecido para apresentação das propostas e para a realização dos demais atos do certame, exceto quando, de forma devidamente motivada, a alteração promovida não comprometer a formulação das propostas.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1. Da sessão pública do Pregão será divulgada Ata no sistema eletrônico utilizado para a realização do certame.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro (a).

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília – DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se apenas em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia, da competitividade e do interesse público.

18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as disposições deste Edital.

18.10. O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br>) e poderão também ser consultados no portal oficial da transparência da Prefeitura Municipal de Caroebe/RR.

18.11. Fica eleito o foro da Comarca do Município de Caroebe, Estado de Roraima, para dirimir quaisquer litígios resultantes deste Instrumento Convocatório, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.12. **Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II – Modelo de Declaração de Capacidade Econômico-Financeira.

ANEXO III – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo para Licitar ou Contratar com a Administração Pública.

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (Não Emprego de Menor).

ANEXO V – Modelo de Declaração de Inexistência de Vínculo com o Município de Caroebe/RR ou com o(a) Pregoeiro (a) e equipe de apoio.

ANEXO VI – Modelo de Declaração de Cumprimento das Exigências de Reserva de Cargos para Pessoa com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social.

ANEXO VII – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Manifestação de Interesse no Tratamento Diferenciado.

ANEXO VIII – Modelo de Proposta de Preços.

ANEXO IX – Modelo de Declaração de que a Proposta Econômica Compreende a Integralidade dos Custos.

ANEXO X – Minuta da Ata de Registro de Preços.

ANEXO XI – Minuta do Cadastro de Reserva.

ANEXO XII - Formulário de Informações para Formalização da Ata de Registro de Preços e do Contrato.

ANEXO XIII – Minuta de Contrato Administrativo.

Caroebe/RR, 10 de abril de 2026.

**MILSON MINARINI DE MELO**

Assessor

Portaria nº 002/2026

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Lei nº 14.133/2021

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 003/2026**

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

**PROCEDIMENTO AUXILIAR:** Sistema de Registro de Preços (SRP)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por lote

**1. INTRODUÇÃO**

1.1. A presente contratação fundamenta-se nas disposições da Lei nº **14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos); Lei Complementar nº **123/2006**, que institui o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte; Constituição Federal, especialmente os princípios da administração pública (art. 37). Observam-se ainda as diretrizes de planejamento e boas práticas de contratações públicas constantes em manuais de governança e orientações técnicas para contratações públicas.

**2. ÁREA REQUISITANTE.**

| <b>SECRETARIA DEMANDANTE:</b>                       | <b>RESPONSÁVEL PELA DEMANDA:</b>                                   |
|---|--|
| Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto | Lothmar Ramos da Silva<br>Secretário Municipal<br>Dec. Nº 006/2025 |

**3. OBJETO**

3.1. **Registro de preços para AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS, destinados ao atendimento das necessidades da Rede Pública Municipal de ensino do Município de Caroebe – RR**, compreendendo unidades da educação infantil e do ensino fundamental, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3.2 A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), adotando-se como critério de julgamento o menor preço por lote, conforme agrupamento dos itens por natureza e finalidade pedagógica, finalidade educacional e utilização conjunta nas atividades escolares, especialmente nas atividades lúdicas, cognitivas, artísticas e psicomotoras desenvolvidas nas unidades de ensino, visando garantir maior eficiência na gestão da contratação, melhor organização logística do fornecimento e maior competitividade entre os licitantes.

3.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

3.4 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme disposto no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, sendo constituído por materiais necessários ao funcionamento das atividades educacionais da rede pública municipal.

3.5 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, conforme previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.6 Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços terão

vigência definida no momento de sua formalização, observados os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

3.7 As regras referentes ao órgão gerenciador, aos órgãos participantes, bem como às eventuais adesões à Ata de Registro de Preços, constam na minuta da Ata de Registro de Preços, integrante do edital do certame.

| <b>LOTE I – MATERIAL DIDÁTICO</b> |  |            |               |
|-----------------------------------|--|------------|---------------|
| <b>ITEM</b>                       | <b>ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL</b>   | <b>UND</b> | <b>QUANT.</b> |
| 1.                                | Algodão – hidrófilo, com fibras 100% algodão, super absorvente rolo de 500g  | Pct        | 500           |
| 2.                                | Apagador para quadro branco, com feltro. cx com 12 unidades  | Cx         | 100           |
| 3.                                | Apontador de lápis, tipo escolar, cores variadas, tamanho pequeno nº 02, com depósito, caixa com 24 unidades.  | Cx         | 300           |
| 4.                                | Balão festa, de borracha, cores variadas, tamanho nº 09. Pacote c/50 und.  | Pct        | 800           |
| 5.                                | Barbante algodão cru, Nº 4 com 82m.  | Rolo       | 200           |
| 6.                                | Bastão de cola quente fino, 30cm X 7mm. Pacote com 01 KG.  | Kg         | 500           |
| 7.                                | Bastão de cola quente grosso, 30 cm x 11,2mm. Pacote com 01 KG.  | Kg         | 500           |
| 8.                                | Borracha escolar branca, macia sem capa, nº 40, caixa com 40 unidades.   | Cx         | 300           |
| 9.                                | Caderno capa dura, liso, tipo brochura. Quantidade de folhas: 96 TAM: 200 mm x 275mm. Cores variadas. Gramatura 56.  | Und        | 3.000         |
| 10.                               | Caderno de caligrafia, brochura 1/4, formato 140x202mm, 32 fls.  | Und        | 3.000         |
| 11.                               | Caderno de desenho/ cartografia, folhas sem pautas, tam. A4, 96 fls.   | Und        | 3.000         |
| 12.                               | Caderno universitário capa dura 01 matéria em espiral. Quantidade de folhas: 96. TAM: 200 mm x 275 mm. Gramatura 56  | Und        | 3.000         |
| 13.                               | Caderno universitário capa dura, aproximado de 200 x 275 mm, folhas offset Gramatura 56, em espiral, 10 matérias 200 folhas.   | Und        | 3.000         |
| 14.                               | Cartolina comum medindo 50 x 66cm, cores variadas.   | Fls        | 3.000         |
| 15.                               | Cartolina laminada (verde, amarela, azul, prata e vermelha) medindo 50x66cm, cores variadas.   | Fls        | 3.000         |
| 16.                               | Cola colorida estojo com 06 cores, com 23g, com bico que facilite a manipulação. Com registro no Conselho Federal de Química, atóxico.   | Estoj<br>o | 2.300         |
| 17.                               | Cola com glitter estojo com 06 unidades, lavável, 25g cada tubo, com registro no Conselho Federal de Química, atóxico.   | Estoj<br>o | 2.300         |
| 18.                               | Cola isopor de 40g, caixa com 12 unidades.   | Cx         | 700           |
| 19.                               | Cola líquida branca, contendo 40g, acondicionada em frasco plástico resistente, não tóxico, com 12 Und. Com registro no Conselho Federal de Química, atóxico.  | Cx         | 700           |
| 20.                               | Diário de classe, pacote com 10 unidades.  | Pct        | 250           |
| 21.                               | Elástico em látex, pacote c/ 1000g.  | Pct        | 200           |
| 22.                               | Estilete formato anatômico tamanho grande com dimensões de aproximadamente 15 x 2 x 1 cm, corpo de plástico cores variadas, com lamina larga de 18 mm x 100 mm x 5 mm, resistente com sistema de trava. Caixa c/ 06 Und. | Cx         | 150           |
| 23.                               | FELTRO - característica: liso, Composição: feltro 100% / poliéster 190 g/m2, Comprimento 1 metro, largura: 1,40 m, cores variadas.   | Metr<br>o  | 700           |
| 24.                               | Fita adesiva gomada medindo 50mm x 48mm, pacote com 5 unidades,  | Pct        | 350           |
| 25.                               | Fita adesiva transparente em polipropileno, medindo 50mm x 50m, pacote   | Pct        | 250           |

|     |  |      |       |
|-----|--|------|-------|
|     | com 5 unidades.  |      |       |
| 26. | Fita adesiva, material papel, tipo dupla face, largura 12 mm, comprimento 30 m, cor branca, aplicação multiuso. Pacote c/ 05 Und.  | Pct  | 250   |
| 27. | Fita adesiva, material papel, tipo dupla face, largura 48 mm, comprimento 30 m, cor branca, aplicação multiuso. pacote com 5 unidades.   | Pct  | 250   |
| 28. | Fita de cetim, rolo 10m x 4 cm de largura, nas cores: verde, amarelo, azul, branca, rosa, laranja e vermelho.  | Rolo | 300   |
| 29. | Fitolho plástico rolo com 05mm x 50m verde, amarelo, azul, branca, rosa, laranja e vermelho.   | Rolo | 200   |
| 30. | Folha de EVA 40x60 Com Glitter – cores diversas pacote com 05 unidades.  | Pct  | 1.600 |
| 31. | Folha de EVA 40x60 liso – cores diversas pacote com 10 unidades.   | Pct  | 1.600 |
| 32. | Folha de isopor 20 mm, tamanho 100x50cm.   | Und  | 200   |
| 33. | Folha de isopor 30 mm, tamanho 100x50cm.   | Und  | 200   |
| 34. | Folha de isopor 40 mm, tamanho 100x50cm.   | Und  | 200   |
| 35. | Giz de cera BIG, com 12 cores.   | Cx   | 4.000 |
| 36. | Giz de cera fino, com 12 cores.  | Cx   | 4.000 |
| 37. | Glitter kit com 12 unidades, com cores variadas, cada pote contendo 3g. Antialérgico.  | Kit  | 300   |
| 38. | Grampeador tipo Pistola de alta pressão para grampo, tamanho 106/06.   | Und  | 15    |
| 39. | Grampos de aço galvanizado, tamanho 106/06, caixa com 3.500 unidades. Garantia contra defeitos e/ou vícios de fabricação, conforme Defesa do Consumidor.   | Cx   | 30    |
| 40. | Hidrocor ponta fina, cores variadas, com tubo de plástico, embalagem com dados de identificação do produto, data de fabricação. Prazo de validade de no mínimo 12 meses. Contendo 12 cores.                  | Cx   | 4.500 |
| 41. | Hidrocor tamanho grande ponta grossa, cores variadas, com tubo de plástico, embalagem com dados de identificação do produto, data de fabricação. Prazo de validade de no mínimo 12 meses. Contendo 12 cores. | Cx   | 4.000 |
| 42. | Lápis de cor, material madeira, cores diversas, com ponta durável e resistente, tamanho grande com 12 cores.   | Cx   | 4.000 |
| 43. | Lápis de madeira sextavado hb 2 grafite nº 02, caixa com 144 unidades.   | Cx   | 1.000 |
| 44. | Massa para modelar, caixa com 12 cores, 180 gr. atóxica, prazo de validade mínimo 12 meses.  | Und  | 4.000 |
| 45. | Papel 40, tam. 66x96 cm.   | Fl   | 1.000 |
| 46. | Papel A4 branco, material papel alcalino, comprimento 297 mm, Largura 210 mm, Gramatura 75g/m², embalados em resma com 500 folhas acondicionadas em caixa de papelão com 10 resmas.                          | Cx   | 750   |
| 47. | Papel almaço, gramatura 56g/m², comprimento 330 mm, tipo com pauta e margem, pacote 400 folhas.  | Pct  | 300   |
| 48. | Papel auto-adesivo, material plástico, tipo CONTACT, incolor, gramatura 60g/m², acabamento superficial brilhante. 45 cm x 25 metros.   | Rl   | 300   |
| 49. | Papel cartão, Gramatura: 240 G/M², cores diversas, medindo 48 x 66cm, pacote com 20 unidades.  | Pct  | 500   |
| 50. | Papel Celofane colorido, composição celulose, pacote com 50 folhas de 70cmx85cm.   | Pct  | 500   |
| 51. | Papel crepom, material celulose vegetal, Gramatura: 18 G/M² comprimento 2m largura, cores variadas, 48 cm, caixa com 20 rolos.   | Pct  | 600   |

|     |  |      |       |
|-----|--|------|-------|
| 52. | Papel micro ondulado 50x80 cm S/estampa, pacote com 10 Und, Cores Sortidas.  | Pct  | 500   |
| 53. | Perfurador de papel com 2 furos, até 20 folhas.  | Und  | 100   |
| 54. | Pincel artístico (p/ pintura) nº 06, com cabo de madeira, com virola de alumínio, formato chato.   | Und  | 100   |
| 55. | Pincel artístico (p/ pintura) nº 12, com cabo de madeira, com virola de alumínio, formato chato.   | Und  | 100   |
| 56. | Pincel artístico (p/ pintura) nº 22, com cabo de madeira, com virola de alumínio, formato chato.   | Und  | 100   |
| 57. | Pincel artístico nº 16, com cabo longo em madeira vermelha, com virola de alumínio, formato chato.   | Und  | 100   |
| 58. | Pincel atômico, com tinta permanente, com ponta de feltro, azul, preto e vermelho, caixa com 12 unidades.  | Cx   | 400   |
| 59. | Pincel para quadro branco, recarregável nas cores azul, preto e vermelho, caixa com 12 unidades.   | Cx   | 300   |
| 60. | Pistola aplicadora de cola quente profissional 10w, bivolt, com botão liga e desliga ponta em metal com isolante térmico. Entrada Bastão 7mm       | Und  | 220   |
| 61. | Pistola aplicadora de cola quente, 40w, bivolt, com botão liga e desliga ponta em metal com isolante térmico. Diâmetro Entrada Bastão 11,3mm       | Und  | 150   |
| 62. | Régua material plástico transparente, comprimento 30 cm, legível, sem falhas com escala em milímetros e centímetros, sem deformidades ou rebarbas. | Und  | 3.000 |
| 63. | Régua material plástico transparente, comprimento 50cm, legível, sem falhas, com escala em milímetros e centímetros, sem deformidades ou rebarbas. | Und  | 3.000 |
| 64. | Tesoura c/ lâmina dentada em aço inoxidável, c/ cabo em plástico preto, resistente, medindo 23 cm, para picotar e com selo Inmetro.                | Und  | 100   |
| 65. | Tesoura c/ lâmina em aço inoxidável, c/ cabo em plástico preto, resistente, sem ponta, p/ uso escolar, com selo Inmetro.                           | Und  | 4.000 |
| 66. | Tinta guache, conjunto com 06 frascos com 30 ml cada em cores variadas com selo Inmetro e prazo de validade mínimo de 12 meses.                    | Kit  | 4.800 |
| 67. | Tinta para tecido, fosca, 37ml, a base de resina acrílica, solúvel em água, não toxica, resistente á lavagem, (cores variadas).                    | Und  | 500   |
| 68. | TNT Sintético. 100% Polipropileno. Atóxico. Gramatura 40. Largura: 1,40m a 1,50m. 50 M.  | Rolo | 350   |

**LOTE II - MATERIAL PEDAGÓGICO DE APOIO E ATIVIDADES EDUCACIONAIS**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL  | UND | QUANT. |
|------|--|-----|--------|
| 1.   | Ábaco vertical aberto em madeira com polietileno com 55 peças.   | Und | 100    |
| 2.   | Alfabeto, "JÁ SEI LER", contendo 72 peças, letras em MDF, tamanho 3x3 cm. Produto certificado pelo Inmetro | Und | 100    |
| 3.   | Alfabeto ilustrado educacional em MDF com 80 peças, tam. 5cm.  | Und | 100    |
| 4.   | Alinhavos de letras e números, com placa de MDF, agulhas e linhas, para coordenação motora fina.           | Und | 120    |
| 5.   | Bambolê de 40 cm de diâmetro em material plástico, cores variadas.   | Und | 300    |
| 6.   | Bate Pino em MDF com 6 peças coloridas.  | Und | 60     |
| 7.   | Bloco Logico com 48 peças coloridas em MDF. Certificado pelo Inmetro.                                      | Und | 100    |



|     |   |     |     |
|-----|---|-----|-----|
| 8.  | Blocos de montar em MDF com 73 peças– Pequeno Construtor.   | Und | 100 |
| 9.  | Blocos lógicos em madeira com 48 peças, tamanho aprox. 4cm.   | Und | 100 |
| 10. | Boleador ponta duplo redondo metal kit 4 unidades   | Kit | 30  |
| 11. | Boleadores para Mandalas e Pontilhismo 8 peças em acrílico  | Kit | 30  |
| 12. | Boleadores tipo pinça em Acrílico para Pontilhismo 10 Pontas Dupla, com 5 unidades  | Kit | 30  |
| 13. | Bolichê com 7 peças: largura 34 x 37 alturas, com pinos em formato de animais confeccionado em material macio. Certificado pelo Inmetro.  | Und | 100 |
| 14. | Boneca clássica na cor branca e preta e diversas, para crianças de 6 meses a 5 anos. Certificado pelo Inmetro.  | Und | 200 |
| 15. | Brinquedo com guizo para bebês, tamanho médio de 10 cm, material atóxico. Certificado pelo Inmetro. (chocalho maracá)   | Und | 50  |
| 16. | Brinquedo Lúdico de encaixe para bebês, confeccionado em plástico rígido, colorido, atóxico, contendo peças coloridas para encaixar. Certificado pelo Inmetro.  | Und | 50  |
| 17. | Brinquedo musical em formato de diversos que toca música e tem cores vibrantes. Dimensões aproximadas 20x15x9 cm.   | Und | 100 |
| 18. | Carimbos pedagógicos em madeira- letras maiúsculas.   | Und | 100 |
| 19. | Carrinhos de brinquedos, modelos diversos, adequado para faixa etária entre 6 meses a 5 anos. Certificado pelo Inmetro.   | Und | 200 |
| 20. | Conjunto de formas de Solidas Geométricas em MDF, com 11 peças Certificado pelo Inmetro.  | Und | 60  |
| 21. | Corda de pular, tamanho adequado para crianças. Certificado pelo Inmetro  | Und | 300 |
| 22. | Cubos de encaixe, coloridos, em MDF, contendo 5 peças, para trabalhar coordenação motora e espacial.  | Und | 100 |
| 23. | Cubos para alfabetização tamanho único em E.V.A. com cores variadas. Tam. 10x20 cm.   | Und | 100 |
| 24. | Dominó – jogo com 28 peças em MDF, nas variações de letras, cores, números e de associação geométrica.  | Und | 100 |
| 25. | Fantoches infantis tamanho único em tecido, cores variadas.   | Und | 50  |
| 26. | Gangorra infantil 01 lugar: Gangorra confeccionada pelo processo de roto moldagem, produto atóxico, em formato de cavalo com assento para 01 criança, com apoio para os pés e mãos. Dimensões aproximadas: Altura 0,5m x Largura 0,4m x comprimento 1 m.  | Und | 30  |
| 27. | Gangorra infantil 2 lugares: Gangorra confeccionada pelo processo de roto moldagem, produto atóxico, em formato de cavalo com assento para 2 crianças, com apoio para os pés e mãos. Dimensões aproximadas: Altura 0,5m x Largura 0,4m x comprimento 1 m. | Und | 30  |
| 28. | Jogo da memória em MDF, com 24 peças, tam 3x5 cm.   | Und | 100 |
| 29. | Jogo das horas 200 x 200 mm x 6mm em MDF.   | Und | 100 |
| 30. | Jogo de números móvel tamanhos variados em EVA com 50 peças.  | Und | 100 |
| 31. | Jogo de xadrez completo tabuleiro em madeira, medindo aproximadamente 43x43cm, as casas 5x5cm, contendo 32 peças oficiais.  | Und | 100 |
| 32. | Jogo para aulas de aritmética, com numeração decimal-posicional, com métodos para efetuar as operações fundamentais, em MDF, com 111 peças. Tam. 5cm.   | Und | 200 |
| 33. | Jogos de quebra cabeças com temas variados em MDF com 40 peças.   | Und | 100 |
| 34. | Jogos de Tabuleiro, modelos diversos, tipo 5x1, em MDF.   | Und | 150 |

|     |  |      |     |
|-----|--|------|-----|
| 35. | Linhas de costura, 100% poliéster, cores variadas, número 120, com aproximadamente 150 jardas.   | Und  | 500 |
| 36. | Mosaico geométrico em MDF com 100 peças.   | Und  | 100 |
| 37. | Olho de Boneca - Plástico ou acrílico usado em trabalhos de artesanato. Tamanho mínimo de 6 mm a 10mm, com uma base de encaixe. Pacote com no mínimo 10 pares.   | Pct  | 300 |
| 38. | Olho de Boneca - Plástico ou acrílico usado em trabalhos de artesanato. Tamanho mínimo de 20 mm a 30mm, com uma base plana. Pacote com no mínimo 10 pares.   | Pct  | 300 |
| 39. | Palito de picolé pacote em madeira com postas arredondadas - pacote com 100 unidades coloridos.  | Pct  | 600 |
| 40. | Palitos redondos de madeira para artesanato – 0,5mm x 30 cm, pct com 50 unidades   | Pct  | 600 |
| 41. | Peteca com base em couro e penas sintéticas coloridas, confeccionada em borracha super-resistente peso médio 50gr e altura 20cm, com selo da Inmetro. Cores diversificadas.  | Und  | 200 |
| 42. | Sacolão big construtor: Conjunto em plástico rígido resistente, colorido, contendo 50 peças de encaixe.  | Und  | 40  |
| 43. | Sacolão brinquedo formas: Conjunto em plástico rígido resistente, colorido, contendo 212 peças de encaixe.   | Und  | 50  |
| 44. | Sacolão quebra cuca: Conjunto confeccionado em plástico rígido super-resistente e colorido contendo 120 peças de encaixe.  | Und  | 20  |
| 45. | Tabuleiro educativo de encaixe 3 em 1, Montessori, em MDF.   | Und  | 100 |
| 46. | Tangram em MDF com 70 peças.   | Und  | 100 |
| 47. | Tapete amarelinha em E V A c/ 10 peças, tam.33x40.   | Kit  | 40  |
| 48. | Tatame de E.V.A.: Conjunto de Placas, com 36 unidades, tam. 30x30x1mm, em cores, com encaixe para prender uma placa na outra. Montado mede aproximadamente: 4m². Produto atóxico, macio e lavável, com certificação do INMETRO. Para atender a faixa etária até 1 ano.   | Conj | 40  |
| 49. | Tatame de E.V.A: Conjunto de Placas, com 30 unidades medindo 30 x 30 x 1mm, bases coloridas, vazadas, que se encaixam entre si, contendo as letras do alfabeto. Tamanho aproximado montado: 1,51 x 1,77 m. Produto acondicionado em sacola transparente com alça e zíper, atóxico, macio e lavável com certificação do INMETRO. Para atender a faixa etária de 2 e 4 anos. | Conj | 20  |
| 50. | Tatame de E.V.A: Placas individuais medindo 50 x 50 cm, cores variadas. Produto atóxico, macio e lavável. Produto com certificação do INMETRO. Para atender a faixa etária de 4 e 5 anos.  | Und  | 130 |
| 51. | Trave de gol: Trave de gol multicolorido em forma tubular, desmontável, portátil. Dimensões aproximadas: Altura 0,91cm x Largura 0,80cm x Comprimento 1,22m.   | Und  | 40  |
| 52. | Trenzinho de formas: com Pinos e de madeira maciça florestada, com formas geométricas (quadrado, cilindro, triângulo e círculos) cores verde, vermelho e azul; Medidas mínimas aproximada do Carro: 39 cm x 18 cm x 18 cm; Idade: a partir de 1 ano.   | Und  | 50  |
| 53. | Triciclo, com rodas traseiras largas, para garantir maior estabilidade. Assento fixo, apoio para os pés. Tam. Aproximados do produto: (l x p x a) 55x67x51cm   | Und  | 50  |

| <b>LOTE III - LIVROS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS</b> |   |            |               |
|--|---|------------|---------------|
| <b>ITEM</b>                                    | <b>ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL</b>  | <b>UND</b> | <b>QUANT.</b> |
| 1  | Livros sonoros em português, títulos variados aproximadamente 12 páginas, dimensões aproximadas (ALC) 19,5x18,5x1,4 cm.                             | Und        | 60            |
| 2  | Livros em capa dura 3 D, com dobradura títulos variados em português, aproximadamente 12 páginas, dimensões aproximadas (ALC) 25,91x19,56x3,81 cm.  | Und        | 60            |
| 3  | Livros Cartonados - Títulos variados em português, aproximadamente 12 páginas, dimensões aproximadas (ALC) 25,91x19,56x3,81 cm.                     | Und        | 60            |
| 4  | Livros clássicos infantis – Títulos variados em português, aproximadamente 16 páginas, dimensões aproximadas (ALC) - x 20.2 x 0.8 cm.               | Und        | 120           |
| 5  | Livros clássicos com abas infantis – Títulos variados em português, aproximadamente 10 páginas, dimensões aproximadas (ALC) – 12.5 x 1.2 x 12.5 cm. | Und        | 60            |
| 6  | Livros Com Dedoches – Títulos variados em feltro, dimensões aproximadas 11 cm de altura x 8 cm de comprimento                                       | Und        | 60            |
| 7  | Livros Com Texturas – Títulos variados em português, aproximadamente 10 páginas, dimensões aproximadas (ALC) - 17.5 x 1.5 x 23.5 cm.                | Und        | 60            |
| 8  | Livros POP-UP – Títulos variados em português, aproximadamente 10 páginas, dimensões aproximadas (ALC) -- 22.6 x 2.8 x 28.6 cm.                     | Und        | 60            |

| <b>LOTE IV - MATERIAL PEDAGÓGICO PARA TEA</b> |   |            |               |
|---|---|------------|---------------|
| <b>ITEM</b>                                   | <b>ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL</b>  | <b>UND</b> | <b>QUANT.</b> |
| 1.  | Caderno de Rotina Visual – TEA Nível 1 – SUPORTE LEVE Material impresso, encadernado, contendo cartões coloridos com imagens de rotina escolar, tamanho mínimo 10x10 cm, plastificados e reutilizáveis.           | Und        | 100           |
| 2.  | Conjunto de Pictogramas de Comunicação (PECS) – Kit Básico– TEA Nível 1 Cartas ilustradas com ações, objetos e expressões, mínimo 150 unidades, em PVC rígido, resistentes e com bordas arredondadas.             | Und        | 100           |
| 3.  | Fones de Ouvido Redutor de Ruído (Atenuação 20 dB ou superior) Equipamento com acolchoamento lateral, arco ajustável e certificação de redução de ruído.  | Und        | 150           |
| 4.  | Jogo Pedagógico para Reconhecimento de Emoções- TEA Nível 2 Conjunto com no mínimo 30 cartas ilustradas representando expressões faciais e situações do cotidiano.  | Und        | 50            |
| 5.  | Jogos Pedagógicos Estruturados (Quebra-cabeças, memória e associação) TEA - Nível 1 Conjunto com no mínimo 20 peças cada, confeccionadas em MDF ou PVC resistente, cores contrastantes.                           | Und        | 30            |
| 6.  | Kit de Estimulação Tátil e Proprioceptiva TEA Nível 3 Conjunto contendo rolos, bolas texturizadas, objetos vibratórios leves e superfícies de estímulo.   | Und        | 60            |
| 7.  | Kit de Sensorio-Motor (Texturas, cilindros, bolas e superfícies) TEA Nível 2 – SUPORTE MODERADO Conjunto contendo no mínimo 10 peças de diferentes texturas (macia, rugosa, lisa, porosa), em materiais atóxicos. | Und        | 60            |
| 8.  | Kits de Enriquecimento Curricular (Matemática, ciências ou linguagem) -   | Und        | 50            |

|     |  |      |     |
|-----|--|------|-----|
|     | TEA Nível 4 - PERFIS DE ALTAS HABILIDADES, HIPERFOCO OU SUPORTE ESPECÍFICO Conjunto com materiais manipuláveis avançados (blocos lógicos complexos, dominós matemáticos, letras móveis ampliadas). |      |     |
| 9.  | Livros de Leitura Facilitada para TEA – Nível 1 Obras impressas com vocabulário simplificado, frases curtas e ilustrações coloridas, formato mínimo A4.  | Und  | 60  |
| 10. | Materiais de Desafios Cognitivos Estruturados - TEA Nível 4 Jogos de lógica, desafios sequenciais, tangram profissional, cubos de padrões, mínimo 5 unidades diferentes.                           | Und  | 50  |
| 11. | Painel Interativo de Rotina Estruturada – TEA Nível 3 Quadro rígido em MDF ou PVC, mínimo 60×40 cm, com divisões para rotina visual completa (manhã/tarde/noite), velcro industrial.               | Conj | 60  |
| 12. | Planner Visual TEA - Ferramentas de Registro Autônomo TEA Nível 4, Caderno A4 estruturado com páginas de organização de tarefas, escalas visuais e espaço para metas curtas.                       | Und  | 50  |
| 13. | Tapete Sensorial Pedagógico - TEA Nível 2 Tamanho mínimo 1m × 80 cm, com seções de diferentes texturas e cores, material lavável.  | Und  | 50  |
| 14. | Tecido algodão branco, para pintura a óleo ou tinta acrílica. Rolo com 05 metros   | Rolo | 60  |
| 15. | Tinta acrílica metal colors 37 ml, cores variadas  | Und  | 300 |
| 16. | Tinta acrílica, conjunto com 24 cores (60 ml frasco)   | Kit  | 100 |
| 17. | Tinta PVA fosca para artesanato 100 ml – cores variadas.   | Und  | 300 |

#### **4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

4.1 A presente contratação tem por finalidade garantir o fornecimento contínuo de materiais didáticos e pedagógicos necessários ao desenvolvimento das atividades educacionais nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Caroebe – RR, assegurando condições adequadas para a execução das práticas pedagógicas e para o pleno funcionamento das atividades escolares ao longo do ano letivo.

4.2 O Município de Caroebe, localizado na região sul do Estado de Roraima, possui unidades escolares distribuídas em áreas urbanas e rurais, atendendo estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Nesse contexto, a adequada disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos constitui fator essencial para garantir a execução das atividades pedagógicas previstas nos planos educacionais, promover equidade no acesso aos recursos didáticos e assegurar o adequado funcionamento das unidades escolares da rede municipal de ensino.

4.3 Os materiais objeto desta contratação caracterizam-se como insumos de consumo contínuo, utilizados diariamente por alunos e profissionais da educação no desenvolvimento de atividades pedagógicas, lúdicas, artísticas e cognitivas, contribuindo diretamente para o processo de ensino-aprendizagem e para o cumprimento das diretrizes curriculares estabelecidas pela rede municipal de ensino.

4.4 A inexistência ou insuficiência desses materiais compromete diretamente a qualidade das atividades educacionais desenvolvidas nas unidades escolares, podendo ocasionar prejuízos ao desempenho dos estudantes e dificultar o alcance das metas educacionais estabelecidas pela Administração Pública Municipal.

4.5 A necessidade da contratação decorre do consumo contínuo desses materiais no ambiente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROEBE**

Avenida Perimetral Norte, s/n, Centro - Caroebe – RR - CEP: 69.378-000

Email: [gabpmc2020@gmail.com](mailto:gabpmc2020@gmail.com)

escolar, do desgaste natural ocasionado pelo uso frequente, da necessidade de reposição e atualização dos recursos pedagógicos existentes, bem como da manutenção e ampliação do atendimento aos alunos matriculados na rede municipal de ensino.

4.6 Para atendimento dessa demanda, a contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo que as aquisições ocorram de forma parcelada ao longo do exercício, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos e melhor planejamento das aquisições.

4.7 Os itens que compõem o objeto desta contratação foram organizados em lotes considerando critérios de natureza pedagógica, finalidade educacional, compatibilidade de uso e logística de fornecimento. Embora determinados materiais não sejam tecnicamente idênticos ou similares entre si, muitos deles são utilizados de forma integrada nas atividades pedagógicas, lúdicas e de desenvolvimento cognitivo realizadas nas unidades escolares, especialmente nas atividades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Nas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, é comum a utilização conjunta e complementar de diversos materiais, como papéis, tintas, pincéis, jogos educativos, materiais de artesanato, blocos pedagógicos e recursos sensoriais, que compõem um conjunto de instrumentos utilizados na execução de atividades lúdicas, artísticas, psicomotoras e cognitivas.

4.8 A presente contratação encontra amparo na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública. Em especial, fundamenta-se nos seguintes dispositivos:

4.8.1 Art. 6º, incisos X e XIII – que tratam da definição de bens de consumo e de bens e serviços comuns, passíveis de aquisição por meio da modalidade pregão;

4.8.2 Art. 28, inciso I, e Art. 29 – que estabelecem as modalidades e critérios de julgamento aplicáveis às licitações, incluindo o pregão, do tipo menor preço;

4.8.3 Art. 41 a 43 – que tratam do planejamento das contratações públicas e dos requisitos mínimos do Plano de Contratações Anual e do processo de contratação;

4.8.4 Art. 115 a 122 – que dispõem sobre as regras de gestão e fiscalização contratual;

4.8.5 Art. 147 a 150 – que tratam das infrações administrativas e das sanções aplicáveis aos licitantes e contratados.

4.9 A contratação também observa as disposições da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que estabelece o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas, promovendo maior participação desses segmentos nos processos licitatórios.

4.10 Dessa forma, a presente contratação está alinhada aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, competitividade e continuidade do serviço público, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas educacionais no âmbito do Município de Caroebe – RR.

4.11. Ademais, a contratação demonstra compatibilidade com o planejamento administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Caroebe/RR, sendo necessária para o adequado atendimento das demandas educacionais da rede municipal de ensino. Registra-se, ainda, que a demanda se encontra prevista no **Plano de Contratações Anual – PCA 2026**, atualmente em fase de elaboração, em conformidade com os instrumentos de planejamento previstos na **Lei nº 14.133/2021**.



## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

5.1 A solução proposta consiste na aquisição de materiais didáticos e pedagógicos, de forma parcelada e sob demanda, destinados ao atendimento das necessidades da rede pública municipal de ensino do Município de Caroebe – RR, contemplando as unidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, durante o ano letivo vigente e demais períodos de reposição de materiais necessários às atividades educacionais.

5.2 A solução foi estruturada considerando a necessidade de fornecimento contínuo dos materiais ao longo do período letivo, tendo em vista que tais itens apresentam consumo permanente nas unidades escolares, decorrente do uso diário nas atividades pedagógicas desenvolvidas pelos alunos e profissionais da educação. Nesse contexto, a aquisição será realizada de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante solicitações emitidas pela Secretaria Municipal de Educação, permitindo melhor planejamento das aquisições, racionalização do estoque e maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

5.3 Os itens foram agrupados por natureza, finalidade pedagógica e similaridade funcional, considerando atividades educacionais correlatas e a dinâmica de utilização dos materiais no ambiente escolar. O agrupamento busca garantir maior eficiência logística, facilitar a gestão e distribuição dos materiais e promover maior competitividade entre fornecedores especializados nos segmentos correspondentes.

5.4 A contratação considera o ciclo de vida do objeto, abrangendo as etapas de: aquisição; transporte e entrega dos materiais; recebimento e conferência pela Administração; armazenamento nas unidades escolares ou no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação; utilização nas atividades pedagógicas; eventual substituição de itens com defeito; e descarte ao final de sua vida útil. Esse planejamento visa assegurar que os materiais adquiridos apresentem qualidade, durabilidade, segurança e adequação pedagógica, compatíveis com o uso educacional intensivo no ambiente escolar.

5.5 No que se refere às características técnicas dos materiais, os produtos deverão apresentar resistência ao manuseio frequente, adequação às faixas etárias atendidas pela rede municipal de ensino e conformidade com normas técnicas aplicáveis, quando existentes, especialmente aquelas relacionadas à segurança de materiais escolares, qualidade gráfica, toxicidade de componentes e resistência física dos produtos.

5.6 Quanto à utilização, os materiais didáticos serão empregados diretamente pelos alunos nas atividades de ensino-aprendizagem, enquanto os materiais pedagógicos servirão de suporte às práticas educativas desenvolvidas pelos profissionais da educação, incluindo atividades: lúdicas; cognitivas; psicomotoras; artísticas; e de apoio ao planejamento pedagógico. A solução contempla a padronização dos materiais, visando promover equidade no acesso aos recursos educacionais, melhorar a organização pedagógica das escolas e facilitar o controle, a distribuição e a reposição dos itens ao longo do ano letivo.

5.7 Quanto à manutenção e ao armazenamento, os materiais deverão possuir características que permitam adequada conservação nas unidades escolares ou no almoxarifado central da Secretaria Municipal de Educação, sem necessidade de manutenção especializada, observadas as condições normais de uso. Eventuais itens que apresentem defeitos de fabricação ou

inconformidades em relação às especificações estabelecidas neste Termo de Referência deverão ser substituídos pela contratada, no prazo definido pela Administração, sem qualquer ônus adicional para o Município.

5.8 No que se refere ao descarte, ao final de sua vida útil, os materiais deverão permitir destinação adequada, observando-se, sempre que possível, critérios de sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e redução de impactos ambientais, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.9 Os produtos a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, observando, entre outros, os seguintes critérios:

5.9.1 MATERIAL DIDÁTICO: materiais destinados ao uso direto dos alunos, compatíveis com as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, devendo apresentar qualidade gráfica, resistência ao uso contínuo, segurança no manuseio e adequação pedagógica às diretrizes curriculares adotadas pela rede municipal de ensino.

5.9.2 MATERIAL PEDAGÓGICO: materiais destinados ao apoio às práticas educativas desenvolvidas pelos profissionais da educação, podendo ser utilizados de forma coletiva ou individual, adequados ao desenvolvimento de atividades pedagógicas, lúdicas, cognitivas, psicomotoras e formativas.

5.10 Dessa forma, a solução proposta atende de maneira integrada às necessidades educacionais do Município de Caroebe – RR, considerando todo o ciclo de vida do objeto e assegurando eficiência administrativa, economicidade e qualidade na aplicação dos recursos públicos.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1 Qualidade e Conformidade dos Itens**

6.1.1 Os materiais didáticos e pedagógicos deverão ser novos, de primeiro uso, e atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, devendo apresentar qualidade compatível com o uso educacional contínuo.

6.1.2 Os itens fornecidos deverão possuir resistência ao manuseio frequente, segurança no uso por crianças e adequação pedagógica às etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

6.1.3 Sempre que aplicável, os produtos deverão observar normas técnicas de segurança e qualidade pertinentes a materiais escolares e pedagógicos, especialmente aquelas relacionadas à composição, toxicidade de componentes, resistência física e durabilidade.

6.1.4 Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, sem defeitos de fabricação, deformidades, irregularidades estruturais ou qualquer condição que comprometa sua funcionalidade ou segurança.

### **6.2 Sustentabilidade**

6.2.1 A presente contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável, da eficiência administrativa e da responsabilidade socioambiental previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.2.2 Sempre que possível, os materiais didáticos e pedagógicos deverão:

6.2.2.1 ser produzidos com materiais recicláveis ou reciclados;

6.2.2.2 possibilitar reciclagem ao final de sua vida útil;

6.2.2.3 possuir embalagens adequadas e reduzidas, evitando excesso de materiais descartáveis;

6.2.2.4 apresentar durabilidade compatível com o uso educacional, reduzindo a necessidade de reposições frequentes.

6.2.3 A contratada deverá adotar práticas que assegurem adequado transporte, armazenamento e manuseio dos materiais, evitando desperdícios e danos aos produtos.

### 6.3 Entrega Parcelada

6.3.1 O fornecimento dos materiais será realizado **de forma parcelada**, conforme a necessidade da Administração.

6.3.2 A entrega parcelada justifica-se pela natureza do objeto, caracterizado por consumo contínuo nas unidades escolares, bem como pela necessidade de: evitar formação de estoques excessivos; preservar a integridade e qualidade dos materiais; reduzir riscos de deterioração; otimizar a gestão logística e administrativa.

### 6.4 Dos Produtos

6.4.1 Os itens deverão ser entregues com embalagens íntegras, devidamente identificadas com informações do fabricante, marca, modelo, lote e prazo de validade, quando aplicável.

6.4.2 Os produtos fornecidos deverão estar em conformidade com as normas técnicas e regulamentações aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, quando aplicável.

6.4.3 Os produtos que possuírem prazo de validade deverão apresentar validade mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega à Administração.

6.4.4 A exigência de prazo mínimo de validade visa garantir a adequada utilização dos materiais no ambiente escolar, evitando perdas decorrentes de vencimento prematuro e assegurando a economicidade na aplicação dos recursos públicos.

6.4.5 Os produtos deverão observar as disposições previstas no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, especialmente no que se refere à qualidade, segurança, adequação ao uso e responsabilidade por vícios ou defeitos.

6.4.6 Os materiais deverão ser acondicionados em embalagens adequadas à sua natureza, garantindo proteção contra danos durante o transporte, armazenamento e distribuição.

### 6.5 Exigência de Catálogo Técnico

6.5.1. Para todos os itens licitados será obrigatória a apresentação de **catálogo técnico, ficha técnica ou material informativo** contendo informações suficientes para análise da conformidade dos produtos ofertados.

6.5.2 O catálogo deverá apresentar, no mínimo:

- a) identificação da marca e modelo;
- b) imagens ou ilustrações do produto;
- c) especificações técnicas;
- d) características dimensionais ou funcionais.

6.5.3 A exigência de catálogo técnico fundamenta-se na necessidade de permitir **avaliação prévia da conformidade técnica dos produtos ofertados**, garantindo que os materiais didáticos e pedagógicos atendam aos padrões mínimos de qualidade, segurança e durabilidade exigidos para uso no ambiente escolar. Trata-se de medida compatível com os princípios da **seleção da proposta mais vantajosa, da eficiência e da segurança da contratação**, previstos na Lei nº 14.133/2021, permitindo que a Administração verifique, de forma objetiva, se os produtos ofertados atendem às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

6.5.4 A análise documental por meio de catálogo técnico também contribui para evitar a contratação de produtos de qualidade inferior, incompatíveis com o uso pedagógico ou que apresentem riscos à segurança dos alunos.

## 6.6 Exigência de Amostras

6.6.1 Para fins de verificação da conformidade dos produtos ofertados com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, será exigida a apresentação de amostras de todos os itens licitados.

6.6.2 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar 01 (uma) amostra de cada item licitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da solicitação formal da Administração.

6.6.3 As amostras deverão ser entregues no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Rua Paulino Gomes da Costa, S/N - Centro – Caroebe/RR.

6.6.4 As amostras deverão ser entregues **aos cuidados da servidora Kailynne de Araujo Pereira**, designada pela Secretaria Municipal de Educação para proceder à análise técnica dos materiais apresentados.

6.6.5 As amostras apresentadas serão utilizadas exclusivamente para fins de avaliação técnica e não serão devolvidas aos licitantes, tampouco serão consideradas como parte da quantidade final a ser fornecida no âmbito da contratação.

6.6.6 A análise das amostras será realizada por comissão ou servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação, considerando critérios objetivos de avaliação, tais como: qualidade do material; acabamento do produto; resistência ao uso contínuo; segurança para utilização por alunos; conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

6.6.7 Caso a amostra apresentada seja considerada inadequada ou incompatível com as especificações exigidas, o licitante será desclassificado para o item ou lote correspondente, sendo convocado o próximo licitante classificado para apresentação das respectivas amostras.

6.6.8 Os relatórios, pareceres ou laudos decorrentes da análise das amostras, devidamente assinados pelos responsáveis pela avaliação, serão formalizados e divulgados aos licitantes participantes, garantindo a publicidade dos atos administrativos e a possibilidade de exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

6.6.9. A exigência de apresentação de amostras fundamenta-se na natureza dos materiais didáticos e pedagógicos objeto da contratação, os quais serão utilizados diretamente por alunos e profissionais da educação no ambiente escolar.

6.6.10. Considerando que determinadas características essenciais dos produtos, tais como qualidade do material, acabamento, resistência física, segurança no manuseio e adequação pedagógica, não podem ser plenamente avaliadas apenas por documentação técnica ou descrição comercial, torna-se necessária a verificação física dos itens ofertados, por meio da análise das amostras.

6.6.11 Tal procedimento visa assegurar que os materiais atendam aos padrões mínimos de qualidade exigidos para o uso educacional, garantindo maior segurança aos usuários e evitando a aquisição de produtos inadequados ou de baixa durabilidade. A exigência encontra amparo nos princípios da eficiência, da seleção da proposta mais vantajosa e da garantia da qualidade do objeto contratado, previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 6.7 Subcontratação

6.7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 6.8 Garantia da Contratação

6.8.1 Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto e o baixo risco associado à execução contratual.

## **6.9 Garantia da Proposta**

6.9.1 Será exigida garantia de proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do(s) lote(s) para o(s) qual(is) o licitante apresentar proposta.

6.9.2 A garantia deverá ser apresentada juntamente com a proposta e poderá ser prestada nas modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

6.9.3 O depósito, quando adotado, deverá ser efetuado em favor da Prefeitura Municipal de Caroebe/RR (CNPJ 01.614.606/0001-80), na conta Banco do Brasil (001), Agência 3783-4, Conta Corrente 20.453-6.

6.9.4 O descumprimento das exigências acarretará a desclassificação da proposta, podendo ensejar execução da garantia, conforme art. 58, §1º.

## **6.10 Justificativa de Não Aplicação da Cota de 25% para ME/EPP**

6.10.1 Embora o art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 estabeleça a reserva de cota de até 25% para microempresas e empresas de pequeno porte em contratações de bens divisíveis, a Administração, com fundamento no art. 49, inciso III, da mesma Lei Complementar, opta por **não aplicar a referida cota nesta contratação**.

6.10.2 A não aplicação da cota justifica-se pelo fato de que a divisão do objeto poderia ocasionar: aumento de custos operacionais; perda de economia de escala; fragmentação logística no fornecimento; despadronização técnica dos materiais utilizados na rede municipal de ensino.

## **6.11 Declarações Obrigatórias**

6.11.1 Na fase de habilitação, as licitantes deverão apresentar declarações formais de que:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, Inciso XXXIII, da Constituição;

c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

e) Não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

f) Não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da Prefeitura Municipal de CAROEBE-RR que esteja no exercício de suas funções, que impossibilite a participação no referido processo licitatório;



## 6.12 Vedação de Marca

6.12.1 Não será exigida indicação de marca específica para os produtos licitados.

6.12.2 A eventual referência a padrões técnicos ou características mínimas tem por finalidade apenas estabelecer **parâmetros mínimos de qualidade e desempenho**, não implicando direcionamento de marca ou fabricante.

## 7 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 7.1 Condições de Entrega

7.1.1 O fornecimento dos materiais ocorrerá conforme as necessidades da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento (OF) expedida pela Secretaria Municipal solicitante, na qual constarão os itens e quantitativos a serem entregues.

7.1.2 O prazo máximo para entrega dos produtos será de **até 10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.1.3 O contratado deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa impedir o cumprimento do prazo de entrega, apresentando a devida justificativa e documentação comprobatória.

7.1.4 Os produtos fornecidos deverão estar em conformidade, quando aplicável, com as normas e certificações dos órgãos competentes, especialmente aquelas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, bem como com quaisquer outras normas técnicas aplicáveis ao tipo de produto fornecido.

7.1.5 Caberá ao servidor responsável pelo recebimento realizar a verificação da conformidade dos produtos entregues quanto à qualidade, especificações técnicas e quantidades solicitadas, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.1.6 Os produtos deverão ser entregues no local indicado pela Secretaria demandante, independentemente da localização dentro do Município de Caroebe-RR, no horário compreendido entre 07h30min e 13h30min, de segunda a sexta-feira.

7.1.7 O aceite dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil do contratado por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergência com as especificações técnicas exigidas no edital ou propostas apresentadas, garantindo-se à Administração as prerrogativas previstas no artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

7.1.8 Os produtos entregues serão avaliados quanto à sua conformidade com as especificações técnicas, qualidade, quantidade e demais condições estabelecidas no edital, na proposta vencedora e no instrumento contratual.

7.1.9 Após a verificação e aceitação dos produtos, a Nota Fiscal será atestada pelo servidor responsável e encaminhada para os procedimentos de pagamento.

7.1.10 O contratado deverá disponibilizar à Administração todos os meios necessários à comprovação da qualidade e procedência dos produtos fornecidos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

7.1.11 Não serão aceitos produtos em condições diferentes das especificadas neste Termo de Referência ou divergentes da proposta apresentada.

7.1.12 O produto fornecido em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas neste instrumento ou na proposta do adjudicatário será rejeitado, total ou parcialmente, conforme o caso.

7.1.13 O fornecimento compreende, quando necessário, a substituição dos produtos defeituosos ou em desacordo com as especificações, bem como a garantia do bem fornecido.

7.1.14 A Administração reserva-se o direito de não aceitar produtos cuja qualidade seja considerada inadequada ou inferior às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

7.1.15 Em caso de problemas relacionados à qualidade ou desconformidade dos produtos fornecidos, a contratada será notificada e deverá realizar a substituição dos itens no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer custo adicional para a Administração, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

7.1.16 A empresa contratada ficará sujeita à fiscalização da Prefeitura Municipal de Caroebe-RR, por meio dos servidores designados para acompanhamento da execução contratual.

## **7.2 Garantia**

7.2.1 O prazo de garantia contratual dos produtos, complementar à garantia legal, será de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo dos itens.

7.2.2 Caso o prazo de garantia oferecido pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste Termo de Referência, o fornecedor deverá complementar a garantia pelo período restante, garantindo o prazo mínimo exigido.

7.2.3 A garantia deverá assegurar que os produtos permaneçam em perfeitas condições de uso durante todo o período estabelecido.

7.2.4 As embalagens deverão ser adequadas à natureza dos produtos, apresentando resistência compatível com o peso, forma e condições de transporte, bem como indicar, quando aplicável, condições adequadas de armazenamento, tais como temperatura, umidade e limites de empilhamento.

7.2.5 A garantia será prestada sem qualquer custo adicional para a Administração.

7.2.6 O custo referente ao transporte de produtos que necessitem substituição ou reparação durante o período de garantia será de responsabilidade do contratado.

7.2.7 O contratado deverá substituir o produto que apresentar vício ou defeito no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal da Secretaria demandante.

## **8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme disposto na legislação vigente.

8.3 As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de meio eletrônico institucional para esse fim.

8.4 A Administração poderá convocar representante da empresa contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, sempre que necessário ao fiel cumprimento do contrato.

8.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial de alinhamento, na qual serão apresentadas as diretrizes de execução do objeto, os mecanismos de fiscalização e as obrigações contratuais, bem como eventuais orientações necessárias para a adequada execução do fornecimento.

## **Fiscalização**

8.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

### **Fiscalização Técnica**

8.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, verificando se o fornecimento dos materiais didáticos e pedagógicos está sendo realizado em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.8 O fiscal técnico do contrato registrará todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, incluindo eventuais irregularidades, atrasos na entrega ou desconformidades nos produtos fornecidos.

8.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade na execução do contrato, o fiscal técnico notificará a contratada para a devida correção, estabelecendo prazo razoável para regularização.

8.10 O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.11 Caso ocorram fatos que possam comprometer o cumprimento do contrato nas condições estabelecidas, o fiscal técnico comunicará imediatamente ao gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis.

### **Fiscalização Administrativa**

8.12 O fiscal administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos da execução contratual, incluindo:

- verificação da manutenção das condições de habilitação da contratada;
- acompanhamento do empenho, liquidação e pagamento das despesas;
- análise de eventuais glosas, notificações ou aplicação de penalidades;
- controle de eventuais apostilamentos ou termos aditivos.

8.13 Caso seja identificado descumprimento de obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará na comunicação da irregularidade ao gestor do contrato, para adoção das providências cabíveis.

8.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros, resultante de imperfeições técnicas, vícios de qualidade ou emprego de material inadequado.

### **Gestor do Contrato**

8.15 O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento geral da execução contratual e pela coordenação das atividades de fiscalização.

8.16 Compete ao gestor do contrato:

8.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, mantendo registro formal de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;

8.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato e as medidas adotadas para correção de eventuais irregularidades;

8.16.3 verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, especialmente para fins de liquidação e pagamento da despesa;

8.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pela fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações contratuais;

8.16.5 adotar providências para a instauração de processo administrativo de responsabilização, quando verificado descumprimento contratual passível de aplicação de sanções;

8.16.6 elaborar relatório final sobre a execução do contrato, contendo avaliação da execução do objeto e eventuais recomendações para aprimoramento das contratações futuras;

8.16.7 encaminhar a documentação pertinente ao setor responsável para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, conforme as medições e atestos realizados pela

fiscalização.

## **9 . INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

### **Sanções**

- 9.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
  - d) Multa:
  - e) Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento).
  - f) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação.

### **Disposições Gerais**

- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 9.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente.
- 9.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

### **Processo Administrativo**

- 9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.9. Para garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações poderão ser enviadas

eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial ou cadastrados em sistemas oficiais de cadastro de fornecedores.

9.10. Os endereços eletrônicos informados serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles enviadas.

### **CrITÉrios de Aplicação**

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

### **Responsabilização**

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar ou encobrir a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência.

### **Publicidade das Sanções**

9.14. O Contratante deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes cadastros:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

9.15. As penalidades também poderão ser registradas em sistemas oficiais de cadastro de fornecedores utilizados pela Administração Pública.

### **Reabilitação**

9.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Compensação de Débitos**

9.17. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, poderão ser compensados com créditos eventualmente devidos pela Administração ao contratado, decorrentes deste ou de outros contratos administrativos.

## **10 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

10.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **2 (dois) dias**, a contar da notificação da



contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

10.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.

10.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.9.1. a data da emissão;

10.9.2. os dados do contrato e do órgão contratante;

10.9.3. o período respectivo de execução do contrato;

10.9.4. o valor a pagar; e

10.9.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

10.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.12. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

10.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado.

10.14. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

### **Prazo de pagamento**

10.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da

liquidação da despesa.

10.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

### **Forma de pagamento**

10.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

10.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.20. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.21. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

### **Reajuste**

10.22. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

10.23. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados mediante aplicação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.24. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.25. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

10.26. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.

10.27. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.28. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, por meio de termo aditivo.

10.29. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Rescisão Contratual**

10.30. A rescisão seguirá o art. 137 da Lei nº 14.133/2021, podendo ocorrer por inadimplemento, interesse público devidamente justificado ou acordo entre as partes, com observância do contraditório e ampla defesa, quando for o caso.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1 Homologada a licitação, será lavrada um documento vinculativo obrigacional com força de compromisso para futura contratação, denominada Ata de Registro de Preços – ARP.

11.2 Para assinatura da ARP, a adjudicatária deverá comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstrada na habilitação.

11.3 O órgão ou entidade gerenciadora da ata será a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – SEMECD do Município de Caroebe/RR.

11.4 A Adjudicatária terá até 05 (cinco) dias úteis, contados da sua convocação, para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação.

11.5 O prazo para assinatura estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado, durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

11.6 É facultado ao Órgão ou Entidade Gerenciadora convocar os licitantes remanescentes quando o convocado não assinar a ARP no prazo e condições determinados no edital.

11.7 A ARP terá validade e vigência por 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, nos termos do art. 128 do Decreto Municipal nº 017/2024.

11.8 A nota de empenho ou outro instrumento hábil poderá substituir o instrumento de contrato, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.9 A ARP será lavrada em 02 (duas) vias.

11.10 A ARP a ser celebrada, conforme Minuta integrante do Edital, conterá, dentre suas cláusulas, as de: o órgão ou a entidade gerenciadora, o detentor, o objeto registrado, o valor total, os órgãos ou as entidades participantes, os preços unitários de mercado e registrados, as marcas registradas e os endereços de entrega, as obrigações, as sanções, as condições a serem praticadas e a diferença percentual entre o preço de mercado e o registrado, quando for o caso.

11.11 A ARP, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade não participante, observada a legislação vigente.

11.12 As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens constantes do instrumento convocatório e registrados na ARP.

11.13 As contratações adicionais não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

## **12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

12.1 O CONTRATADO deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

12.2 Entregar os produtos devidamente embalados e conforme as especificações exigidas, no prazo e local informados, acompanhado(s) da respectiva Nota Fiscal/Fatura, contendo impresso em sua embalagem ou gravado no corpo do produto as seguintes informações: fabricante do produto (nome, CNPJ, endereço - no caso de o produto ser importado, há necessidade das guias de importação para comprovação da origem); distribuidor do produto; serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC; prazo de validade.

12.3 Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência do produto fornecido, que deverá ser novo e de primeira qualidade.

12.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE.

12.5 Fornecer produtos que possuam prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento pela CONTRATANTE.

12.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da(o) ata/contrato, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela

fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: prova de regularidade relativa à Seguridade Social; certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual, Municipal e Distrital do domicílio e sede do CONTRATADO; Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

12.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto da(o) contrato.

12.9 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a sua qualificação.

12.10 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.11 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.12 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução desta(e) contrato.

12.13 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

12.14 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

12.15 Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos fornecidos, bem como custo total do frete, transporte e descarregamento.

12.16 Comunicar imediatamente, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, formalmente à Prefeitura Municipal de Caroebe/RR, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros necessários para recebimento de correspondências.

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO.

13.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

13.3 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no Termo de Referência.

13.4 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATADO, relacionados com o objeto pactuado.

13.5 Comunicar, por escrito, ao CONTRATADO, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento do(s) produto(s), solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

13.6 Aplicar ao CONTRATADO as sanções administrativas regulamentares e contratuais, resguardada a defesa prévia.

13.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Caroebe/RR para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.

13.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

##### **14.1 Das obrigações do Órgão ou da Entidade Gerenciadora**

14.1.1 Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do Registro de Preços (RP), em especial:

14.1.1.1 Realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

14.1.1.2 Aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) a inclusão de novos itens; e

c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

14.1.1.3 Consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

14.1.1.4 Realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;

14.1.1.5 Confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência, caso o órgão ou a entidade gerenciadora entenda pertinente;

14.1.1.6 Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;

14.1.1.7 Remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto nesta seção;

14.1.1.8 Gerenciar a ata de registro de preços;

14.1.1.9 Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

14.1.1.10 Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

14.1.1.11 Verificar se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto nesta seção e indeferir os pedidos que não o atendam;

14.1.1.12 Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta;

14.1.1.13 Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

14.1.1.14 Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto de 90 dias para o órgão ou a entidade não participante efetivar a aquisição ou a contratação solicitada;

14.1.1.15 Os procedimentos de que tratam os itens 14.1.1.1 a 14.1.1.4 serão efetivados anteriormente à elaboração do edital.

14.1.1.16 O órgão ou a entidade gerenciadora poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos ou às entidades participantes para a execução das atividades de que tratam os itens 14.1.1.4 e 14.1.1.7.

14.1.1.17 O exame e a aprovação das minutas do edital serão efetuados exclusivamente pela



Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Caroebe/RR.

14.1.1.18 O órgão ou a entidade gerenciadora deliberará, excepcionalmente, quanto à inclusão, como participante, de órgão ou entidade que não tenha manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o item 14.1.1.3.

## **14.2 Das obrigações dos Órgãos Participantes**

Que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:

14.2.1 Registrar no IRP sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:

- a) das especificações do item ou do termo de referência adequado ao registro de preços do qual pretende participar;
- b) da estimativa de consumo;
- c) do local de entrega;

14.2.2 Garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

14.2.3 Solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o item 14.2.1 e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais.

14.2.4 Manifestar, junto ao órgão ou à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório;

14.2.5 Auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos itens 14.1.1.1 a 14.1.1.4;

14.2.6 Tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

14.2.7 Assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

14.2.8 Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;

14.2.9 Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora;

14.2.10 Prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

## **14.3 Das Obrigações do Fornecedor**

14.3.1 Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelos Órgãos Participantes.

14.3.2 Atender, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a convocação para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.

14.3.3 Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.

14.3.4 Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no sítio eletrônico oficial pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora.

14.3.5 Realizar o(s) fornecimento(s) no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e nesta ARP.

14.3.6 Garantir a boa qualidade do objeto contratado, respondendo por qualquer deterioração,

readequando-o sempre que for o caso.

14.3.7 O fornecedor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento desta ARP.

14.3.8 Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.

14.3.9 Entregar o(s) laudo(s) de análise do(s) produto(s), quando necessário e exigido pela Administração, durante a execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.

14.3.10 Manter, durante toda a vigência desta ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS.

14.3.11 Comunicar ao Órgão ou Entidade Gerenciadora toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

14.3.12 Apresentar, sempre que solicitado pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais.

14.3.13 Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.

14.3.14 Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.

14.3.15 Responder, integralmente, pelos danos causados ao Órgão ou Entidade Gerenciadora ou a terceiros.

14.3.16 Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

## **15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **15.1 Seleção do fornecedor**

15.1.1 A seleção do fornecedor ocorrerá por meio de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos dos arts. 6º, inciso XLI, 28, inciso I, e 82 da Lei nº 14.133/2021, bem como da legislação regulamentadora aplicável.

15.1.2 O modo de disputa adotado será ABERTO e FECHADO, com etapa inicial de lances públicos sucessivos, seguida de etapa final fechada entre os licitantes classificados, conforme art. 56, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

15.1.3 O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR LOTE, observadas as especificações técnicas, a estimativa da Administração e as condições previstas neste Termo de Referência.

### **15.2 Forma de fornecimento**

15.2.1 O fornecimento dos materiais será realizado **de forma parcelada e sob demanda**, conforme as necessidades da Administração, mediante emissão de **Ordem de Fornecimento**, observando-se os quantitativos estimados e registrados na **Ata de Registro de Preços**.

15.2.2 A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza do objeto, caracterizada pela necessidade de aquisições futuras e eventuais, permitindo maior eficiência na gestão das contratações públicas e garantindo a disponibilidade dos materiais didáticos ao longo do período de vigência da ata.

### **15.3 Critérios de aceitabilidade de preços**

15.3.1 Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor preço por lote, desde que:

- a) atenda integralmente às especificações deste Termo de Referência;
- b) seja compatível com o preço de mercado e com a estimativa da Administração;
- c) seja viável e não apresente preço inexecutável, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021;
- d) após eventual negociação conduzida pelo pregoeiro, conforme art. 61 da Lei nº 14.133/2021.

15.3.2 Em caso de empate entre microempresas ou empresas de pequeno porte, será aplicado o tratamento diferenciado previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

15.3.3 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contenham preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) apresentem valores incompatíveis com o mercado;
- c) não atendam às especificações técnicas do objeto.

### **15.4. Exigências de habilitação**

15.4.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **15.4.2 Habilitação jurídica**

- a) pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- f) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**Parágrafo único.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **15.4.3. Participação de Consórcios**

11.4.3.1. Em razão da natureza de **bem comum, padronizado e de baixa complexidade técnica**, não será permitida a participação de consórcios, conforme princípio da eficiência e art. 169 da Lei nº 14.133/2021.

#### **15.4.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoa Física, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da 11.19. Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da 11.25. Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **15.4.5. Qualificação Econômico-Financeira**

- a) Apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida há menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura da licitação, salvo se constar prazo de validade superior, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa. É vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios. Caso encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, os documentos poderão ser atualizados por índices oficiais.
- c) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos, os documentos exigidos acima limitar-se-ão ao último exercício, conforme art. 69, §6º da Lei nº 14.133/2021.
- d) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação do balanço de abertura, com as demonstrações contábeis correspondentes ao período de existência da sociedade.
- e) É admissível o uso de balanço patrimonial intermediário, desde que decorrente de previsão legal, contratual ou estatutária.
- f) No caso de sociedades cooperativas, os documentos deverão estar acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de

declaração sob as penas da lei de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador competente.

g) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante demonstração dos seguintes índices contábeis mínimos, superiores a 1 (um), calculados com base nas demonstrações contábeis referidas na alínea "b":

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

h) Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de até 10% do valor total estimado de cada Lote.

i) Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

j) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

l) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

m) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

n) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.133/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

o) A exigência dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos superiores a 1, visa assegurar a capacidade econômica do fornecedor para executar integralmente o contrato, evitando riscos de interrupção no fornecimento de materiais didáticos e pedagógicos destinados à rede municipal de ensino do Município de Caroebe/RR.

p) O critério está fundamentado no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer comprovação econômico-financeira de forma proporcional ao objeto. A previsão alternativa de capital social mínimo de até 10% do valor estimado do lote preserva a competitividade e atende ao princípio da proporcionalidade.

q) O parâmetro adotado é prática comum de mercado e conforme entendimento do TCU (ex.: Acórdão nº 1214/2013 – Plenário), que reconhece a legalidade de exigências financeiras quando justificadas tecnicamente. Assim, o requisito não restringe a competição, mitigando riscos de inadimplemento e assegurando a continuidade do fornecimento, em observância aos princípios



do resultado, eficiência e economicidade (art. 5º e art. 11 da Lei nº 14.133/2021).

#### **15.4.6. Qualificação Técnica**

15.4.6.1 A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter executado ou estar executando, de forma satisfatória, objeto de natureza similares ao desta licitação, compatível em características, quantidades e prazos, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021. Será exigido a apresentação do atestado de capacidade técnica por **LOTE**, onde:

- **LOTE I – MATERIAL DIDÁTICO**
- **LOTE II – MATERIAL PEDAGÓGICO DE APOIO E ATIVIDADES EDUCACIONAIS**
- **LOTE III – LIVROS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS**
- **LOTE IV - MATERIAL PEDAGÓGICO PARA TEA**

Entende-se ainda por compatibilidade das características e quantidades a comprovação, por meio de atestado(s), de fornecimento anterior de bens com características equivalentes aos do objeto da licitação, em quantitativos e condições similares, sendo exigido, como parâmetro mínimo, que o somatório dos fornecimentos atestados corresponda a, no mínimo, 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado do respectivo lote;

15.4.6.2. A licitante deverá disponibilizar, sempre que solicitado pela Administração, documentos complementares que comprovem a legitimidade dos atestados, tais como:

- a) cópia do contrato ou instrumento que deu origem à contratação;
- b) endereço atualizado da contratante emissora do atestado;
- c) local de execução do objeto contratado;
- d) e outros documentos que se fizerem necessários à verificação da veracidade das informações.

15.4.6.3. Os atestados apresentados estarão sujeitos à verificação por meio de diligência administrativa, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, visando aferir sua autenticidade e aderência ao objeto licitado.

15.4.6.3.4. A exigência de atestados de capacidade técnica visa comprovar que a licitante possui experiência prévia no fornecimento de bens semelhantes aos desta contratação, garantindo qualidade, continuidade e redução de riscos. A medida é proporcional e amparada pelo art. 67 da Lei nº 14.133/2021, permitindo a comprovação por meio de atestados emitidos por pessoas jurídicas públicas ou privadas. A verificação dos documentos mediante diligência é autorizada pelo art. 64 da mesma Lei, prevenindo fraudes e assegurando a seleção de fornecedor apto. Dessa forma, a exigência não restringe a competitividade e protege o interesse público, assegurando entrega adequada de itens essenciais à política socioassistencial.

#### **15.5. Disposições gerais sobre habilitação**

15.5.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação poderão ser atendidas mediante apresentação de documentos equivalentes aos exigidos, inicialmente em tradução livre.

15.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato, da ata de registro de preços ou instrumento equivalente, os documentos apresentados para habilitação deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, devidamente apostilados ou consularizados, nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro

de 2016, ou outro que venha substituí-lo.

15.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ ou CPF distintos daquele utilizado para a participação no procedimento licitatório, exceto nos casos legalmente permitidos, tais como documentos emitidos exclusivamente em nome da matriz.

15.5.4. Caso a participante seja matriz, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz; caso seja filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da filial, exceto:

- a) atestados de capacidade técnica;
- b) documentos cuja emissão seja comprovadamente vinculada apenas ao CNPJ matriz.

15.5.5. Serão aceitos documentos de regularidade fiscal e trabalhista emitidos em nome apenas da matriz quando comprovada centralização do recolhimento, especialmente quanto ao FGTS e tributos federais.

## **16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

16.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável pela Administração para fins de julgamento das propostas, é de **R\$ 3.890.087,60 (três milhões, oitocentos e noventa mil, oitenta e sete reais e sessenta centavos)**, conforme custos unitários e quantitativos constantes na planilha de itens que integra este Termo de Referência.

16.2. A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada pela Administração, observando os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

16.3. Para formação do preço estimado foram utilizadas as seguintes **fontes de pesquisa**, consideradas idôneas e compatíveis com o objeto da contratação:

I – Consultas realizadas no **Painel de Preços do Governo Federal – Compras.gov.br**;

II – Consultas ao sistema **Banco de Preços**;

III – **cotações diretas obtidas junto a fornecedores do ramo**, por meio de solicitação encaminhada por correio eletrônico (e-mail).

16.4. A definição do valor estimado foi realizada mediante análise comparativa dos preços obtidos, considerando a média dos valores coletados, conforme metodologia prevista na Instrução Normativa nº 65/2021.

16.5. Os relatórios de pesquisa de preços, cotações obtidas e o mapa comparativo de preços encontram-se devidamente juntados aos autos do processo administrativo que instrui a presente contratação.

16.6. O valor estimado da contratação possui caráter referencial e máximo aceitável, servindo como parâmetro para análise da exequibilidade das propostas e para o julgamento do certame.

16.7. A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços, estruturada em lotes, conforme especificações, quantitativos e valores constantes na planilha estimativa integrante deste Termo de Referência.

| <b>LOTE I – MATERIAL DIDÁTICO</b> |  |            |               |                                   |                                |
|-----------------------------------|--|------------|---------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| <b>ITEM</b>                       | <b>ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL</b>   | <b>UND</b> | <b>QUANT.</b> | <b>VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)</b> | <b>VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)</b> |
| 1.                                | Algodão – hidrófilo, com fibras 100% algodão, super absorvente rolo de 500g  | Pct        | 500           | R\$ 54,27                         | R\$ 27.135,00                  |
| 2.                                | Apagador para quadro branco, com feltro. cx com 12 unidades  | Cx         | 100           | R\$ 166,08                        | R\$ 16.608,00                  |
| 3.                                | Apontador de lápis, tipo escolar, cores variadas, tamanho pequeno nº 02, com deposito, caixa com 24 unidades.                          | Cx         | 300           | R\$ 125,83                        | R\$ 37.749,00                  |
| 4.                                | Balão festa, de borracha, cores variadas, tamanho nº 09. Pacote c/50 und.  | Pct        | 800           | R\$ 39,77                         | R\$ 31.816,00                  |
| 5.                                | Barbante algodão cru, Nº 4 com 82m.  | Rolo       | 200           | R\$ 87,10                         | R\$ 17.420,00                  |
| 6.                                | Bastão de cola quente fino, 30cm X 7mm. Pacote com 01 KG.  | Kg         | 500           | R\$ 90,40                         | R\$ 45.200,00                  |
| 7.                                | Bastão de cola quente grosso, 30 cm x11,2mm. Pacote com 01 KG.   | Kg         | 500           | R\$ 90,40                         | R\$ 45.200,00                  |
| 8.                                | Borracha escolar branca, macia sem capa, nº 40, caixa com 40 unidades.   | Cx         | 300           | R\$ 43,80                         | R\$ 13.140,00                  |
| 9.                                | Caderno capa dura, liso, tipo brochura. Quantidade de folhas: 96 TAM: 200 mm x 275mm. Cores variadas. Gramatura 56.                    | Und        | 3.000         | R\$ 35,18                         | R\$ 105.540,00                 |
| 10.                               | Caderno de caligrafia, brochura 1/4, formato 140x202mm, 32 fls.  | Und        | 3.000         | R\$ 20,10                         | R\$ 60.300,00                  |
| 11.                               | Caderno de desenho/ cartografia, folhas sem pautas, tam. A4, 96 fls.   | Und        | 3.000         | R\$ 26,97                         | R\$ 80.910,00                  |
| 12.                               | Caderno universitário capa dura 01 matéria em espiral. Quantidade de folhas: 96. TAM: 200 mm x 275 mm. Gramatura 56                    | Und        | 3.000         | R\$ 38,73                         | R\$ 116.190,00                 |
| 13.                               | Caderno universitário capa dura, aproximado de 200 x 275 mm, folhas offset Gramatura 56, em espiral, 10 matérias 200 folhas.           | Und        | 3.000         | R\$ 52,87                         | R\$ 158.610,00                 |
| 14.                               | Cartolina comum medindo 50 x 66cm, cores variadas.   | Fls        | 3.000         | R\$ 3,98                          | R\$ 11.940,00                  |
| 15.                               | Cartolina laminada (verde, amarela, azul, prata e vermelha) medindo 50x66cm, cores variadas.   | Fls        | 3.000         | R\$ 7,87                          | R\$ 23.610,00                  |
| 16.                               | Cola colorida estojo com 06 cores, com 23g, com bico que facilite a manipulação. Com registro no Conselho Federal de Química, atóxico. | Estoj o    | 2.300         | R\$ 32,70                         | R\$ 75.210,00                  |
| 17.                               | Cola com glitter estojo com 06 unidades, lavável, 25g cada tubo, com registro no Conselho Federal de Química, atóxico.                 | Estoj o    | 2.300         | R\$ 40,07                         | R\$ 92.161,00                  |
| 18.                               | Cola isopor de 40g, caixa com 12 unidades.   | Cx         | 700           | R\$ 87,10                         | R\$ 60.970,00                  |

|     |   |           |       |            |               |
|-----|---|-----------|-------|------------|---------------|
| 19. | Cola líquida branca, contendo 40g, acondicionada em frasco plástico resistente, não tóxico, com 12 Und. Com registro no Conselho Federal de Química, atóxico.   | Cx        | 700   | R\$ 53,87  | R\$ 37.709,00 |
| 20. | Diário de classe, pacote com 10 unidades.   | Pct       | 250   | R\$ 135,90 | R\$ 33.975,00 |
| 21. | Elástico em látex, pacote c/ 1000g.   | Pct       | 200   | R\$ 9,60   | R\$ 1.920,00  |
| 22. | Estilete formato anatômico tamanho grande com dimensões de aproximadamente 15 x2 x 1 cm, corpo de plástico cores variadas, com lamina larga de 18 mm x 100 mm x 5 mm, resistente com sistema de trava. Caixa c/ 06 Und. | Cx        | 150   | R\$ 42,77  | R\$ 6.415,50  |
| 23. | FELTRO - característica: liso, Composição: feltro 100% / poliéster 190 g/m2, Comprimento 1 metro, largura: 1,40 m, cores variadas.  | Metr<br>o | 700   | R\$ 53,23  | R\$ 37.261,00 |
| 24. | Fita adesiva gomada medindo 50mm x 48mm, pacote com 5 unidades,   | Pct       | 350   | R\$ 150,50 | R\$ 52.675,00 |
| 25. | Fita adesiva transparente em polipropileno, medindo 50mm x 50m, pacote com 5 unidades.  | Pct       | 250   | R\$ 99,13  | R\$ 24.782,50 |
| 26. | Fita adesiva, material papel, tipo dupla face, largura 12 mm, comprimento 30 m, cor branca, aplicação multiuso. Pacote c/ 05 Und.   | Pct       | 250   | R\$ 97,53  | R\$ 24.382,50 |
| 27. | Fita adesiva, material papel, tipo dupla face, largura 48 mm, comprimento 30 m, cor branca, aplicação multiuso. pacote com 5 unidades.  | Pct       | 250   | R\$ 166,10 | R\$ 41.525,00 |
| 28. | Fita de cetim, rolo 10m x 4 cm de largura, nas cores: verde, amarelo, azul, branca, rosa, laranja e vermelho.   | Rolo      | 300   | R\$ 42,77  | R\$ 12.831,00 |
| 29. | Fitolho plástico rolo com 05mm x 50m verde, amarelo, azul, branca, rosa, laranja e vermelho.  | Rolo      | 200   | R\$ 22,07  | R\$ 4.414,00  |
| 30. | Folha de EVA 40x60 Com Glitter – cores diversas pacote com 05 unidades.   | Pct       | 1.600 | R\$ 56,90  | R\$ 91.040,00 |
| 31. | Folha de EVA 40x60 liso – cores diversas pacote com 10 unidades.  | Pct       | 1.600 | R\$ 49,83  | R\$ 79.728,00 |
| 32. | Folha de isopor 20 mm, tamanho 100x50cm.  | Und       | 200   | R\$ 29,70  | R\$ 5.940,00  |
| 33. | Folha de isopor 30 mm, tamanho 100x50cm.  | Und       | 200   | R\$ 42,67  | R\$ 8.534,00  |
| 34. | Folha de isopor 40 mm, tamanho 100x50cm.  | Und       | 200   | R\$ 48,83  | R\$ 9.766,00  |
| 35. | Giz de cera BIG, com 12 cores.  | Cx        | 4.000 | R\$ 19,93  | R\$ 79.720,00 |
| 36. | Giz de cera fino, com 12 cores.   | Cx        | 4.000 | R\$ 14,00  | R\$ 56.000,00 |
| 37. | Glitter kit com 12 unidades, com cores variadas, cada pote contendo 3g. Antialérgico.   | Kit       | 300   | R\$ 36,17  | R\$ 10.851,00 |
| 38. | Grampeador tipo Pistola de alta pressão para grampo, tamanho 106/06.  | Und       | 15    | R\$ 221,00 | R\$ 3.315,00  |

|     |  |     |       |            |                |
|-----|--|-----|-------|------------|----------------|
| 39. | Grampos de aço galvanizado, tamanho 106/06, caixa com 3.500 unidades. Garantia contra defeitos e/ou vícios de fabricação, conforme Defesa do Consumidor.   | Cx  | 30    | R\$ 80,00  | R\$ 2.400,00   |
| 40. | Hidrocor ponta fina, cores variadas, com tubo de plástico, embalagem com dados de identificação do produto, data de fabricação. Prazo de validade de no mínimo 12 meses. Contendo 12 cores.                  | Cx  | 4.500 | R\$ 17,30  | R\$ 77.850,00  |
| 41. | Hidrocor tamanho grande ponta grossa, cores variadas, com tubo de plástico, embalagem com dados de identificação do produto, data de fabricação. Prazo de validade de no mínimo 12 meses. Contendo 12 cores. | Cx  | 4.000 | R\$ 34,77  | R\$ 139.080,00 |
| 42. | Lápis de cor, material madeira, cores diversas, com ponta durável e resistente, tamanho grande com 12 cores.   | Cx  | 4.000 | R\$ 25,08  | R\$ 100.320,00 |
| 43. | Lápis de madeira sextavado hb 2 grafite nº 02, caixa com 144 unidades.   | Cx  | 1.000 | R\$ 136,77 | R\$ 136.770,00 |
| 44. | Massa para modelar, caixa com 12 cores, 180 gr. atóxica, prazo de validade mínimo 12 meses.  | Und | 4.000 | R\$ 17,00  | R\$ 68.000,00  |
| 45. | Papel 40, tam. 66x96 cm.   | Fl  | 1.000 | R\$ 4,00   | R\$ 4.000,00   |
| 46. | Papel A4 branco, material papel alcalino, comprimento 297 mm, Largura 210 mm, Gramatura 75g/m², embalados em resma com 500 folhas acondicionadas em caixa de papelão com 10 resmas.                          | Cx  | 750   | R\$ 468,10 | R\$ 351.075,00 |
| 47. | Papel almaço, gramatura 56g/m², comprimento 330 mm, tipo com pauta e margem, pacote 400 folhas.  | Pct | 300   | R\$ 137,40 | R\$ 41.220,00  |
| 48. | Papel auto-adesivo, material plástico, tipo CONTACT, incolor, gramatura 60g/m², acabamento superficial brilhante. 45 cm x 25 metros.   | Rl  | 300   | R\$ 110,73 | R\$ 33.219,00  |
| 49. | Papel cartão, Gramatura: 240 G/M2, cores diversas, medindo 48 x 66cm, pacote com 20 unidades.  | Pct | 500   | R\$ 73,00  | R\$ 36.500,00  |
| 50. | Papel Celofane colorido, composição celulose, pacote com 50 folhas de 70cmx85cm.   | Pct | 500   | R\$ 99,15  | R\$ 49.575,00  |
| 51. | Papel crepom, material celulose vegetal, Gramatura: 18 G/M2 comprimento 2m largura, cores variadas, 48 cm, caixa com 20 rolos.   | Pct | 600   | R\$ 75,48  | R\$ 45.288,00  |
| 52. | Papel micro ondulado 50x80 cm S/estampa, pacote com 10 Und, Cores Sortidas.  | Pct | 500   | R\$ 46,03  | R\$ 23.015,00  |
| 53. | Perfurador de papel com 2 furos, até 20 folhas.  | Und | 100   | R\$ 68,93  | R\$ 6.893,00   |



|     |  |      |       |            |               |
|-----|--|------|-------|------------|---------------|
| 54. | Pincel artístico (p/ pintura) nº 06, com cabo de madeira, com virola de alumínio, formato chato.   | Und  | 100   | R\$ 7,85   | R\$ 785,00    |
| 55. | Pincel artístico (p/ pintura) nº 12, com cabo de madeira, com virola de alumínio, formato chato.   | Und  | 100   | R\$ 14,00  | R\$ 1.400,00  |
| 56. | Pincel artístico (p/ pintura) nº 22, com cabo de madeira, com virola de alumínio, formato chato.   | Und  | 100   | R\$ 23,67  | R\$ 2.367,00  |
| 57. | Pincel artístico nº 16, com cabo longo em madeira vermelha, com virola de alumínio, formato chato.   | Und  | 100   | R\$ 19,30  | R\$ 1.930,00  |
| 58. | Pincel atômico, com tinta permanente, com ponta de feltro, azul, preto e vermelho, caixa com 12 unidades.  | Cx   | 400   | R\$ 45,18  | R\$ 18.072,00 |
| 59. | Pincel para quadro branco, recarregável nas cores azul, preto e vermelho, caixa com 12 unidades.   | Cx   | 300   | R\$ 118,30 | R\$ 35.490,00 |
| 60. | Pistola aplicadora de cola quente profissional 10w, bivolt, com botão liga e desliga ponta em metal com isolante térmico. Entrada Bastão 7mm       | Und  | 220   | R\$ 64,93  | R\$ 14.284,60 |
| 61. | Pistola aplicadora de cola quente, 40w, bivolt, com botão liga e desliga ponta em metal com isolante térmico. Diâmetro Entrada Bastão 11,3mm       | Und  | 150   | R\$ 73,40  | R\$ 11.010,00 |
| 62. | Régua material plástico transparente, comprimento 30 cm, legível, sem falhas com escala em milímetros e centímetros, sem deformidades ou rebarbas. | Und  | 3.000 | R\$ 7,85   | R\$ 23.550,00 |
| 63. | Régua material plástico transparente, comprimento 50cm, legível, sem falhas, com escala em milímetros e centímetros, sem deformidades ou rebarbas. | Und  | 3.000 | R\$ 4,83   | R\$ 14.490,00 |
| 64. | Tesoura c/ lâmina dentada em aço inoxidável, c/ cabo em plástico preto, resistente, medindo 23 cm, para picotar e com selo Inmetro.                | Und  | 100   | R\$ 36,13  | R\$ 3.613,00  |
| 65. | Tesoura c/ lâmina em aço inoxidável, c/ cabo em plástico preto, resistente, sem ponta, p/ uso escolar, com selo Inmetro.                           | Und  | 4.000 | R\$ 10,95  | R\$ 43.800,00 |
| 66. | Tinta guache, conjunto com 06 frascos com 30 ml cada em cores variadas com selo Inmetro e prazo de validade mínimo de 12 meses.                    | Kit  | 4.800 | R\$ 16,90  | R\$ 81.120,00 |
| 67. | Tinta para tecido, fosca, 37ml, a base de resina acrílica, solúvel em água, não toxica, resistente á lavagem, (cores variadas).                    | Und  | 500   | R\$ 13,58  | R\$ 6.790,00  |
| 68. | TNT Sintético. 100% Polipropileno. Atóxico. Gramatura 40. Largura: 1,40m a 1,50m. 50 M.  | Rolo | 350   | R\$ 236,57 | R\$ 82.799,50 |

|   |                         |
|---|-------------------------|
| <b>VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE I</b>   | <b>R\$ 3.099.199,60</b> |
| <b>(três milhões, noventa e nove mil, cento e noventa e nove reais e sessenta centavos)</b> |                         |

| <b>LOTE II - MATERIAL PEDAGÓGICO DE APOIO E ATIVIDADES EDUCACIONAIS</b> |  |            |               |                                   |                                |
|---|--|------------|---------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| <b>ITEM</b>   | <b>ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL</b>   | <b>UND</b> | <b>QUANT.</b> | <b>VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)</b> | <b>VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)</b> |
| 1.  | Ábaco vertical aberto em madeira com polietileno com 55 peças.   | Und        | 100           | R\$ 110,83                        | R\$ 11.083,00                  |
| 2.  | Alfabeto, “JÁ SEI LER”, contendo 72 peças, letras em MDF, tamanho 3x3 cm. Produto certificado pelo Inmetro   | Und        | 100           | R\$ 135,90                        | R\$ 13.590,00                  |
| 3.  | Alfabeto ilustrado educacional em MDF com 80 peças, tam. 5cm.  | Und        | 100           | R\$ 153,03                        | R\$ 15.303,00                  |
| 4.  | Alinhavos de letras e números, com placa de MDF, agulhas e linhas, para coordenação motora fina.   | Und        | 120           | R\$ 85,58                         | R\$ 10.269,60                  |
| 5.  | Bambolê de 40 cm de diâmetro em material plástico, cores variadas.   | Und        | 300           | R\$ 39,20                         | R\$ 11.760,00                  |
| 6.  | Bate Pino em MDF com 6 peças coloridas.  | Und        | 60            | R\$ 73,03                         | R\$ 4.381,80                   |
| 7.  | Bloco Logico com 48 peças coloridas em MDF. Certificado pelo Inmetro.  | Und        | 100           | R\$ 126,83                        | R\$ 12.683,00                  |
| 8.  | Blocos de montar em MDF com 73 peças—Pequeno Construtor.   | Und        | 100           | R\$ 86,13                         | R\$ 8.613,00                   |
| 9.  | Blocos lógicos em madeira com 48 peças, tamanho aprox. 4cm.  | Und        | 100           | R\$ 79,03                         | R\$ 7.903,00                   |
| 10.   | Boleador ponta dupla redondo metal kit 4 unidades  | Kit        | 30            | R\$ 70,43                         | R\$ 2.112,90                   |
| 11.   | Boleadores para Mandalas e Pontilhismo 8 peças em acrílico   | Kit        | 30            | R\$ 99,20                         | R\$ 2.976,00                   |
| 12.   | Boleadores tipo pinça em Acrílico para Pontilhismo 10 Pontas Dupla, com 5 unidades   | Kit        | 30            | R\$ 65,43                         | R\$ 1.962,90                   |
| 13.   | Boliche com 7 peças: largura 34 x 37 altura, com pinos em formato de animais confeccionado em material macio. Certificado pelo Inmetro.                        | Und        | 100           | R\$ 97,17                         | R\$ 9.717,00                   |
| 14.   | Boneca clássica na cor branca e preta e diversas, para crianças de 6 meses a 5 anos. Certificado pelo Inmetro.   | Und        | 200           | R\$ 96,43                         | R\$ 19.286,00                  |
| 15.   | Brinquedo com guizo para bebês, tamanho médio de 10 cm, material atóxico. Certificado pelo Inmetro. (chocalho maracá)  | Und        | 50            | R\$ 74,37                         | R\$ 3.718,50                   |
| 16.   | Brinquedo Lúdico de encaixe para bebes, confeccionado em plástico rígido, colorido, atóxico, contendo peças coloridas para encaixar. Certificado pelo Inmetro. | Und        | 50            | R\$ 89,17                         | R\$ 4.458,50                   |
| 17.   | Brinquedo musical em formato de diversos que   | Und        | 100           | R\$ 58,28                         | R\$ 5.828,00                   |

|     |   |     |     |            |               |
|-----|---|-----|-----|------------|---------------|
|     | toca música e tem cores vibrantes. Dimensões aproximadas 20x15x9 cm.  |     |     |            |               |
| 18. | Carimbos pedagógicos em madeira- letras maiúsculas.   | Und | 100 | R\$ 83,13  | R\$ 8.313,00  |
| 19. | Carrinhos de brinquedos, modelos diversos, adequado para faixa etária entre 6 meses a 5 anos. Certificado pelo Inmetro.   | Und | 200 | R\$ 70,37  | R\$ 14.074,00 |
| 20. | Conjunto de formas Solidas Geométricas em MDF, com 11 peças Certificado pelo Inmetro.   | Und | 60  | R\$ 74,70  | R\$ 4.482,00  |
| 21. | Corda de pular, tamanho adequado para crianças. Certificado pelo Inmetro  | Und | 300 | R\$ 36,90  | R\$ 11.070,00 |
| 22. | Cubos de encaixe, coloridos, em MDF, Contendo 5 peças, para trabalhar coordenação motora e espacial.  | Und | 100 | R\$ 43,12  | R\$ 4.312,00  |
| 23. | Cubos para alfabetização tamanho único em E.V.A. com cores variadas. Tam. 10x20 cm.   | Und | 100 | R\$ 29,70  | R\$ 2.970,00  |
| 24. | Dominó – jogo com 28 peças em MDF, nas variações de letras, cores, números e de associação geométrica.  | Und | 100 | R\$ 82,07  | R\$ 8.207,00  |
| 25. | Fantoches infantis tamanho único em tecido, cores variadas.   | Und | 50  | R\$ 88,47  | R\$ 4.423,50  |
| 26. | Gangorra infantil 01 lugar: Gangorra confeccionada pelo processo de roto moldagem, produto atóxico, em formato de cavalo com assento para 01 criança, com apoio para os pés e mãos. Dimensões aproximadas: Altura 0,5m x Largura 0,4m x comprimento 1 m.  | Und | 30  | R\$ 382,33 | R\$ 11.469,90 |
| 27. | Gangorra infantil 2 lugares: Gangorra confeccionada pelo processo de roto moldagem, produto atóxico, em formato de cavalo com assento para 2 crianças, com apoio para os pés e mãos. Dimensões aproximadas: Altura 0,5m x Largura 0,4m x comprimento 1 m. | Und | 30  | R\$ 488,58 | R\$ 14.657,40 |
| 28. | Jogo da memória em MDF, com 24 peças, tam 3x5 cm.   | Und | 100 | R\$ 43,22  | R\$ 4.322,00  |
| 29. | Jogo das horas 200 x 200 mm x 6mm em MDF.   | Und | 100 | R\$ 86,10  | R\$ 8.610,00  |
| 30. | Jogo de números móvel tamanhos variados em EVA com 50 peças.  | Und | 100 | R\$ 40,17  | R\$ 4.017,00  |
| 31. | Jogo de xadrez completo tabuleiro em madeira, medindo aproximadamente 43x43cm, as casas 5x5cm, contendo 32 peças oficiais.  | Und | 100 | R\$ 86,47  | R\$ 8.647,00  |
| 32. | Jogo para aulas de aritmética, com numeração decimal-posicional, com métodos para efetuar as operações fundamentais, em MDF, com 111 peças. Tam. 5cm.   | Und | 200 | R\$ 166,10 | R\$ 33.220,00 |
| 33. | Jogos de quebra cabeças com temas variados  | Und | 100 | R\$ 59,90  | R\$ 5.990,00  |

|     |  |      |     |            |               |
|-----|--|------|-----|------------|---------------|
|     | em MDF com 40 peças.   |      |     |            |               |
| 34. | Jogos de Tabuleiro, modelos diversos, tipo 5x1, em MDF.  | Und  | 150 | R\$ 186,23 | R\$ 27.934,50 |
| 35. | Linhas de costura, 100% poliéster, cores variadas, número 120, com aproximadamente 150 jardas.   | Und  | 500 | R\$ 11,57  | R\$ 5.785,00  |
| 36. | Mosaico geométrico em MDF com 100 peças.   | Und  | 100 | R\$ 153,50 | R\$ 15.350,00 |
| 37. | Olho de Boneca - Plástico ou acrílico usado em trabalhos de artesanato. Tamanho mínimo de 6 mm a 10mm, com uma base de encaixe. Pacote com no mínimo 10 pares.   | Pct  | 300 | R\$ 12,97  | R\$ 3.891,00  |
| 38. | Olho de Boneca - Plástico ou acrílico usado em trabalhos de artesanato. Tamanho mínimo de 20 mm a 30mm, com uma base plana. Pacote com no mínimo 10 pares.   | Pct  | 300 | R\$ 16,62  | R\$ 4.986,00  |
| 39. | Palito de picolé pacote em madeira com postas arredondadas - pacote com 100 unidades coloridos.  | Pct  | 600 | R\$ 18,63  | R\$ 11.178,00 |
| 40. | Palitos redondos de madeira para artesanato – 0,5mm x 30 cm, pct com 50 unidades   | Pct  | 600 | R\$ 28,67  | R\$ 17.202,00 |
| 41. | Peteca com base em couro e penas sintéticas coloridas, confeccionada em borracha super-resistente peso médio 50gr e altura 20cm, com selo da Inmetro. Cores diversificadas.  | Und  | 200 | R\$ 18,63  | R\$ 3.726,00  |
| 42. | Sacolão big construtor: Conjunto em plástico rígido resistente, colorido, contendo 50 peças de encaixe.  | Und  | 40  | R\$ 193,28 | R\$ 7.731,20  |
| 43. | Sacolão brinquedo formas: Conjunto em plástico rígido resistente, colorido, contendo 212 peças de encaixe.   | Und  | 50  | R\$ 322,13 | R\$ 16.106,50 |
| 44. | Sacolão quebra cuca: Conjunto confeccionado em plástico rígido super-resistente e colorido contendo 120 peças de encaixe.  | Und  | 20  | R\$ 266,80 | R\$ 5.336,00  |
| 45. | Tabuleiro educativo de encaixe 3 em 1, Montessori, em MDF.   | Und  | 100 | R\$ 98,63  | R\$ 9.863,00  |
| 46. | Tangram em MDF com 70 peças.   | Und  | 100 | R\$ 92,10  | R\$ 9.210,00  |
| 47. | Tapete amarelinha em E V A c/ 10 peças, tam.33x40.   | Kit  | 40  | R\$ 166,12 | R\$ 6.644,80  |
| 48. | Tatame de E.V.A.: Conjunto de Placas, com 36 unidades, tam. 30x30x1mm, em cores, com encaixe para prender uma placa na outra. Montado mede aproximadamente: 4m². Produto atóxico, macio e lavável, com certificação do INMETRO. Para atender a faixa etária até 1 ano. | Conj | 40  | R\$ 322,13 | R\$ 12.885,20 |
| 49. | Tatame de E.V.A: Conjunto de Placas, com 30 unidades medindo 30 x 30 x 1mm, bases coloridas, vazadas, que se encaixam entre si,  | Conj | 20  | R\$ 382,53 | R\$ 7.650,60  |

|     |  |     |     |            |               |
|-----|--|-----|-----|------------|---------------|
|     | contendo as letras do alfabeto. Tamanho aproximado montado: 1,51 x 1,77 m. Produto acondicionado em sacola transparente com alça e zíper, atóxico, macio e lavável com certificação do INMETRO. Para atender a faixa etária de 2 e 4 anos.           |     |     |            |               |
| 50. | Tatame de E.V.A: Placas individuais medindo 50 x 50 cm, cores variadas. Produto atóxico, macio e lavável. Produto com certificação do INMETRO. Para atender a faixa etária de 4 e 5 anos.  | Und | 130 | R\$ 39,77  | R\$ 5.170,10  |
| 51. | Trave de gol: Trave de gol multicolorido em forma tubular, desmontável, portátil. Dimensões aproximadas: Altura 0,91cm x Largura 0,80cm x Comprimento 1,22m.   | Und | 40  | R\$ 166,08 | R\$ 6.643,20  |
| 52. | Trenzinho de formas: com Pinos e de madeira maciça florestada, com formas geométricas (quadrado, cilindro, triângulo e círculos) cores verde, vermelho e azul; Medidas mínimas aproximada do Carro: 39 cm x 18 cm x 18 cm; Idade: a partir de 1 ano. | Und | 50  | R\$ 149,67 | R\$ 7.483,50  |
| 53. | Triciclo, com rodas traseiras largas, para garantir maior estabilidade. Assento fixo, apoio para os pés. Tam. Aproximados do produto: (lpxa) 55x67x51cm  | Und | 50  | R\$ 382,53 | R\$ 19.126,50 |

**VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE II R\$ 498.334,10**

**(quatrocentos e noventa e oito mil, trezentos e trinta e quatro reais e dez centavos)**

**LOTE III - LIVROS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL  | UND | QUANT. | VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$) | VALOR MÉDIO TOTAL (R\$) |
|------|--|-----|--------|----------------------------|-------------------------|
| 1    | Livros sonoros em português, títulos variados aproximadamente 12 páginas, dimensões aproximadas (ALC) 19,5x18,5x1,4 cm.                            | Und | 60     | R\$ 87,47                  | R\$ 5.248,20            |
| 2    | Livros em capa dura 3 D, com dobradura títulos variados em português, aproximadamente 12 páginas, dimensões aproximadas (ALC) 25,91x19,56x3,81 cm. | Und | 60     | R\$ 99,17                  | R\$ 5.950,20            |
| 3    | Livros Cartonados - Títulos variados em português, aproximadamente 12 páginas, dimensões aproximadas (ALC) 25,91x19,56x3,81 cm.                    | Und | 60     | R\$ 92,00                  | R\$ 5.520,00            |
| 4    | Livros clássicos infantis – Títulos variados em português, aproximadamente 16 páginas, dimensões aproximadas (ALC) - x 20.2 x 0.8 cm.              | Und | 120    | R\$ 58,60                  | R\$ 7.032,00            |
| 5    | Livros clássicos com abas infantis – Títulos   | Und | 60     | R\$ 97,13                  | R\$ 5.827,80            |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROEBE**

Avenida Perimetral Norte, s/n, Centro - Caroebe – RR - CEP: 69.378-000

Email: [gabpmc2020@gmail.com](mailto:gabpmc2020@gmail.com)



|   |  |     |    |            |                      |
|---|--|-----|----|------------|----------------------|
|   | variados em português, aproximadamente 10 páginas, dimensões aproximadas (ALC) – 12.5 x 1.2 x 12.5 cm.                               |     |    |            |                      |
| 6   | Livros Com Dedoches – Títulos variados em feltro, dimensões aproximadas 11 cm de altura x 8 cm de comprimento                        | Und | 60 | R\$ 83,27  | R\$ 4.996,20         |
| 7   | Livros Com Texturas – Títulos variados em português, aproximadamente 10 páginas, dimensões aproximadas (ALC) - 17.5 x 1.5 x 23.5 cm. | Und | 60 | R\$ 147,20 | R\$ 8.832,00         |
| 8   | Livros POP-UP – Títulos variados em português, aproximadamente 10 páginas, dimensões aproximadas (ALC) -- 22.6 x 2.8 x 28.6 cm.      | Und | 60 | R\$ 149,13 | R\$ 8.947,80         |
| <b>VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE III</b>   |  |     |    |            | <b>R\$ 52.354,20</b> |
| <b>(cinquenta e dois mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos.)</b> |  |     |    |            |                      |

| <b>LOTE IV - MATERIAL PEDAGÓGICO PARA TEA</b> |   |            |               |                                   |                                |
|---|---|------------|---------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| <b>ITEM</b>                                   | <b>ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL</b>  | <b>UND</b> | <b>QUANT.</b> | <b>VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)</b> | <b>VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)</b> |
| 1.  | Caderno de Rotina Visual – TEA Nível 1 – SUPORTE LEVE Material impresso, encadernado, contendo cartões coloridos com imagens de rotina escolar, tamanho mínimo 10×10 cm, plastificados e reutilizáveis. | Und        | 100           | R\$ 237,53                        | R\$ 23.753,00                  |
| 2.  | Conjunto de Pictogramas de Comunicação (PECS) – Kit Básico– TEA Nível 1 Cartas ilustradas com ações, objetos e expressões, mínimo 150 unidades, em PVC rígido, resistentes e com bordas arredondadas.   | Und        | 100           | R\$ 276,85                        | R\$ 27.685,00                  |
| 3.  | Fones de Ouvido Redutor de Ruído (Atenuação 20 dB ou superior) Equipamento com acolchoamento lateral, arco ajustável e certificação de redução de ruído.  | Und        | 150           | R\$ 281,87                        | R\$ 42.280,50                  |
| 4.  | Jogo Pedagógico para Reconhecimento de Emoções- TEA Nível 2 Conjunto com no mínimo 30 cartas ilustradas representando expressões faciais e situações do cotidiano.                                      | Und        | 50            | R\$ 49,80                         | R\$ 2.490,00                   |
| 5.  | Jogos Pedagógicos Estruturados (Quebra-cabeças, memória e associação) TEA - Nível 1 Conjunto com no mínimo 20 peças cada, confeccionadas em MDF ou PVC resistente, cores contrastantes.                 | Und        | 30            | R\$ 57,27                         | R\$ 1.718,10                   |
| 6.  | Kit de Estimulação Tátil e Proprioceptiva TEA Nível 3 Conjunto contendo rolos, bolas texturizadas, objetos vibratórios leves e superfícies de estímulo.   | Und        | 60            | R\$ 125,83                        | R\$ 7.549,80                   |

|   |  |      |     |            |                       |
|---|--|------|-----|------------|-----------------------|
| 7.  | Kit de Sensorio-Motor (Texturas, cilindros, bolas e superfícies) TEA Nível 2 – SUPORTE MODERADO Conjunto contendo no mínimo 10 peças de diferentes texturas (macia, rugosa, lisa, porosa), em materiais atóxicos.  | Und  | 60  | R\$ 322,13 | R\$ 19.327,80         |
| 8.  | Kits de Enriquecimento Curricular (Matemática, ciências ou linguagem) - TEA Nível 4 - PERFIS DE ALTAS HABILIDADES, HIPERFOCO OU SUPORTE ESPECÍFICO Conjunto com materiais manipuláveis avançados (blocos lógicos complexos, dominós matemáticos, letras móveis ampliadas). | Und  | 50  | R\$ 83,07  | R\$ 4.153,50          |
| 9.  | Livros de Leitura Facilitada para TEA – Nível 1 Obras impressas com vocabulário simplificado, frases curtas e ilustrações coloridas, formato mínimo A4.  | Und  | 60  | R\$ 29,70  | R\$ 1.782,00          |
| 10.   | Materiais de Desafios Cognitivos Estruturados - TEA Nível 4 Jogos de lógica, desafios sequenciais, tangram profissional, cubos de padrões, mínimo 5 unidades diferentes.   | Und  | 50  | R\$ 86,47  | R\$ 4.323,50          |
| 11.   | Painel Interativo de Rotina Estruturada – TEA Nível 3 Quadro rígido em MDF ou PVC, mínimo 60×40 cm, com divisões para rotina visual completa (manhã/tarde/noite), velcro industrial.   | Conj | 60  | R\$ 181,20 | R\$ 10.872,00         |
| 12.   | Planner Visual TEA - Ferramentas de Registro Autônomo TEA Nível 4, Caderno A4 estruturado com páginas de organização de tarefas, escalas visuais e espaço para metas curtas.   | Und  | 50  | R\$ 177,07 | R\$ 8.853,50          |
| 13.   | Tapete Sensorial Pedagógico - TEA Nível 2 Tamanho mínimo 1m × 80 cm, com seções de diferentes texturas e cores, material lavável.  | Und  | 50  | R\$ 246,62 | R\$ 12.331,00         |
| 14.   | Tecido algodão branco, para pintura a óleo ou tinta acrílica. Rolo com 05 metros   | Rolo | 60  | R\$ 164,10 | R\$ 9.846,00          |
| 15.   | Tinta acrílica metal colors 37 ml, cores variadas  | Und  | 300 | R\$ 39,77  | R\$ 11.931,00         |
| 16.   | Tinta acrílica, conjunto com 24 cores (60 ml frasco)   | Kit  | 100 | R\$ 437,88 | R\$ 43.788,00         |
| 17.   | Tinta PVA fosca para artesanato 100 ml – cores variadas.   | Und  | 300 | R\$ 25,05  | R\$ 7.515,00          |
| <b>VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE IV</b>  |  |      |     |            | <b>R\$ 240.199,70</b> |
| <b>(duzentos e quarenta mil, cento e noventa e nove reais e setenta centavos)</b> |  |      |     |            |                       |

**VALOR TOTAL ESTIMADO PARA OS LOTES I, II, III e IV - R\$ 3.890.087,60 (Três milhões e oitocentos e noventa mil e oitenta e sete reais e sessenta centavos).**

## **17. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

17.1. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (nota de empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

17.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:  
a) referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

## **18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**18.1. Vigência da Ata de Registro de Preços:** A Ata de Registro de Preços decorrente deste Termo de Referência terá **vigência de 12 (doze) meses**, nos termos da legislação vigente. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá firmar contratos decorrentes do registro de preços, observadas as condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na própria Ata. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

**18.2. Vigência do Contrato:** O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura ou da emissão da ordem de fornecimento, conforme definido no instrumento contratual. A vigência contratual poderá ser prorrogada, nos termos dos arts 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração, justificativa formal, manutenção das condições vantajosas para o Poder Público e prévia autorização da autoridade competente. As prorrogações, quando cabíveis, observarão os limites legais, a disponibilidade orçamentária e financeira, bem como o cumprimento satisfatório das obrigações contratuais pela Contratada. A extinção do contrato não exime a Contratada das responsabilidades relativas a fatos ocorridos durante sua vigência, nem prejudica a aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente.

## **19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral.

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO**

#### **12.365.2105.2016.0000 – FUNDEB**

Elemento de despesa – 3.3.90.30.00/Material de consumo

Valor: **R\$ 2.178.449,07 (dois milhões cento e setenta e oito mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e sete centavos)**

#### **12.365.2105.2016.0000 – Manutenção das atividades do Ensino Infantil - FUNDEB 30%**

Elemento de despesa – 3.3.90.30.00/Material de consumo

Valor: **R\$ 778.017,52 (setecentos e setenta oito mil e dezessete reais e cinquenta e dois centavos)**

#### **12.365.2106.2015.0000 – MDE**

Elemento de despesa – 3.3.90.30.00/Material de consumo

Valor: **R\$ 778.017,52 (setecentos e setenta oito mil e dezessete reais e cinquenta e dois centavos)**

#### **12.365.2106.2016.0000 – Complementação e ETI – Ensino Tempo Integral**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROEBE

Avenida Perimetral Norte, s/n, Centro - Caroebe – RR - CEP: 69.378-000

Email: [gabpmc2020@gmail.com](mailto:gabpmc2020@gmail.com)

Elemento de despesa – 3.3.90.30.00/Material de consumo

Valor: **R\$ 116.702,62 (cento e dezesseis mil e setecentos e dois reais e sessenta e dois centavos)**

**12.365.2106.2014.3051 – Programa Dinheiro Direto na Escola**

Elemento de despesa – 3.3.90.30.00/Material de consumo

Valor: **R\$ 38.900,87 (trinta e oito mil e novecentos reais e oitenta e sete centavos)**

**VALOR TOTAL: R\$ 3.890.087,60 (Três milhões e oitocentos e noventa mil e oitenta e sete reais e sessenta centavos).**

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GEAIS**

20.1. A contratação será considerada extinta quando cumpridas, pelas partes, todas as obrigações pactuadas, ainda que tal cumprimento ocorra antes do prazo estipulado para a vigência contratual.

20.2. Caso as obrigações não sejam cumpridas no prazo inicialmente previsto, a vigência poderá ser prorrogada até a conclusão integral do objeto, devendo a Administração, nesse caso, providenciar a readequação do cronograma da contratação.

20.3. O Município de Caroebe-RR reserva-se o direito de impugnar o fornecimento prestado, no todo ou em parte, caso este não esteja em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência ou das condições contratuais.

20.4. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, podendo-se recorrer, de forma subsidiária, à Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e aos princípios gerais dos contratos administrativos.

20.5. Eventuais alterações contratuais observarão o disposto nos arts. 124 a 137 da Lei nº 14.133/2021.

20.6. O Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, as alterações quantitativas que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

20.7. As supressões contratuais poderão exceder o limite referido no item anterior, quando resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, conforme disposto no art. 125, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

20.8. As alterações contratuais deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, submetido à prévia manifestação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada urgência devidamente motivada, hipótese em que a formalização poderá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 125, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

20.9. Modificações contratuais que não alterem o conteúdo substancial do contrato, tais como ajustes de referências administrativas, poderão ser formalizadas por apostila, dispensando-se a celebração de termo aditivo, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

20.10. A responsabilidade pela condução do certame será da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Caroebe-RR, sendo o procedimento conduzido pelo Setor de Licitação e Contratos Administrativos, e, após a adjudicação, os autos do processo serão remetidos ao Secretário Municipal demandante para os procedimentos posteriores.

20.11. A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável de todos os seus termos, regras e condições.

20.12. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Caroebe/RR, 28 de janeiro de 2026.

**Elaborado por:**

---

**Eclesearte Oliveira Maciel**  
Responsável pela Elaboração TR

**Aprovado por:**

---

**Loremar Ramos da Silva**  
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desportos  
Prefeitura Municipal de Caroebe – RR  
Decreto nº 006/2025

**Autoridade Superior:**

---

**Osmar Serra Bomfim Filho**  
Prefeito Municipal de Caroebe-RR



**ANEXO II - Modelo de Declaração de Capacidade Econômico-Financeira**

*(Emitir em papel timbrado da empresa licitante)*

À

Prefeitura Municipal de Caroebe – RR

Ref.: **Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/2026**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável contábil abaixo identificado, declara, para fins de participação no **Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/2026**, que sua **capacidade econômico-financeira** foi apurada com base nas demonstrações contábeis da empresa, conforme exigências estabelecidas no **item 15.4.5 e subitens do Edital**, apresentando os seguintes índices:

**Índice de Liquidez Corrente ILC**

Ativo Circulante = AC

Passivo Circulante = PC ILC = AC / PC

**Índice de Liquidez Geral ILG**

Circulante = AC

Passivo Circulante = PC Realizável a Longo Prazo = RLP Exigível a Longo Prazo = ELP ILG  
= (AC + RLP) / (PC + ELP)

**Solvência Geral SG**

Ativo Total = AT Passivo Circulante =

PC Exigível a Longo Prazo = ELP SG = (AT) / (PC + ELP)

Declaro, na qualidade de profissional contábil responsável pelas demonstrações financeiras da empresa licitante, que as informações contábeis utilizadas para apuração dos índices econômico-financeiros apresentados atendem às exigências previstas no **item 15.4.5 e demais subitens do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/2026**, promovido pela **Prefeitura Municipal de Caroebe/RR**.

Esclareço que o conjunto completo das demonstrações contábeis da empresa, elaborado na forma da legislação vigente, é composto, no mínimo, por:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Notas Explicativas, quando exigidas pela legislação contábil aplicável.

Ressalta-se que as **Notas Explicativas integram obrigatoriamente as demonstrações contábeis**, conforme normas contábeis brasileiras aplicáveis, sendo parte integrante do Balanço Patrimonial quando exigidas pela legislação, e sua ausência poderá comprometer a análise da qualificação econômico-financeira exigida no edital.

Declaro, por fim, que as demonstrações contábeis apresentadas refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da empresa licitante, estando em conformidade com as normas contábeis vigentes.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura do Profissional Contábil

CRC/Nº

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROEBE**

Avenida Perimetral Norte, s/n, Centro - Caroebe – RR - CEP: 69.378-000

Email: [gabpmc2020@gmail.com](mailto:gabpmc2020@gmail.com)

**ANEXO III – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo para Licitar ou Contratar com a Administração Pública**

*(Emitir em papel timbrado da empresa licitante)*

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº \_\_\_\_/2026**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com \_\_\_\_\_ sede \_\_\_\_\_ à \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penas da lei, que **não existem fatos impeditivos para sua habilitação e participação no presente processo licitatório**, promovido pela **Prefeitura Municipal de Caroebe/RR**, estando ciente da obrigatoriedade de declarar quaisquer ocorrências posteriores que venham a impedir sua participação ou contratação com a Administração Pública.

Declara, ainda, que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas na legislação vigente, especialmente na **Lei nº 14.133/2021**.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal de empresa

**Observação:**

A Administração poderá verificar a situação da empresa no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal, bem como em outros cadastros oficiais de sanções administrativas, conforme legislação vigente.

**ANEXO IV- Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (Não Emprego de Menor).**

*(Emitir em papel timbrado da empresa licitante)*

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº \_\_\_\_/2026**

Na qualidade de representante legal da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, declaro, para fins de habilitação no **Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/2026**, promovido pela **Prefeitura Municipal de Caroebe/RR**, que a empresa **não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre**, nem menor de **16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho**, salvo na condição de **aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos**, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Declaro, ainda, que a empresa cumpre integralmente as normas relativas à proteção ao trabalho do menor, conforme legislação vigente.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal de empresa

**ANEXO V - Modelo de Declaração de Inexistência de Vínculo com o Município de Caroebe/RR ou com o(a) Pregoeiro (a) e equipe de apoio.**

*(Emitir em papel timbrado da empresa licitante)*

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº \_\_\_\_/2026**

Na qualidade de representante legal da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, declaro, para fins de habilitação no **Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/2026**, promovido pela **Prefeitura Municipal de Caroebe/RR**, que **não há, no quadro de pessoal da empresa, empregado(s) que sejam cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento, bem como de servidores públicos vinculados à Prefeitura Municipal de Caroebe/RR**, em observância aos princípios da moralidade e da impessoalidade na Administração Pública.

Declaro, ainda, que a empresa se compromete a comunicar imediatamente qualquer alteração que venha a ocorrer após a assinatura desta declaração.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal de empresa

**ANEXO VI- Modelo de Declaração de Cumprimento das Exigências de Reserva de Cargos para Pessoa com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social.**

*(Emitir em papel timbrado da empresa licitante)*

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº \_\_\_\_/2026**

Na qualidade de representante legal da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da lei, para fins de participação no **Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/2026**, promovido pela **Prefeitura Municipal de Caroebe/RR**, que a empresa **cumpre as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas na legislação vigente e em outras normas específicas aplicáveis.

Declaro, ainda, que as informações prestadas são verdadeiras, estando a empresa ciente das penalidades previstas em lei em caso de declaração falsa.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal de empresa



**ANEXO VII – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Manifestação de Interesse no Tratamento Diferenciado.**

*(Emitir em papel timbrado da empresa licitante)*

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº \_\_\_\_/2026**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, vem, nos termos da legislação vigente, especialmente da **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, com as alterações posteriores, e da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, **DECLARAR**, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

**a)** No ano-calendário anterior ao da apresentação desta proposta, a receita bruta anual da empresa não excedeu o limite estabelecido no inciso I do art. 3º da **Lei Complementar nº 123/2006**, enquadrando-se como **Microempresa (ME)** ou **Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, conforme o caso;

**b)** A empresa não se enquadra em nenhuma das hipóteses de exclusão previstas no §4º do art. 3º da **Lei Complementar nº 123/2006**, estando, portanto, apta a usufruir do regime jurídico diferenciado e favorecido destinado às microempresas e empresas de pequeno porte;

**c)** Nos termos do art. 4º, §2º, da **Lei nº 14.133/2021**, declara que o somatório dos contratos celebrados com a Administração Pública, no ano-calendário da realização desta contratação, não ultrapassa o limite de receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**d)** Em conformidade com os arts. **42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006**, a empresa manifesta:

( ) **INTERESSE** em usufruir do tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido concedido às microempresas e empresas de pequeno porte, incluindo as prerrogativas relativas à regularização fiscal tardia (art. 43), critérios de desempate, prioridade de contratação e demais benefícios legais;

( ) **DESINTERESSE** em usufruir do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, mesmo estando formalmente enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, optando por concorrer em igualdade de condições com as demais empresas participantes.

Declara, por fim, que as informações prestadas são verdadeiras, estando ciente das penalidades previstas na legislação em caso de declaração falsa.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal de empresa

**ANEXO VIII- Modelo de Proposta de Preços.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº \_\_\_\_/2026**  
**ABERTURA DIA:    /    /2026**  
**HORÁRIO:**

**OBJETO:**

**IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:**

Nome Fantasia:  
Razão Social:  
CNPJ:  
Optante pelo Simples Nacional: ( ) Sim ( ) Não  
Endereço completo:  
Telefone:  
E-mail:  
Banco:  
Agência:  
Conta Corrente:

**DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

Nome:  
Endereço:  
Telefone:  
E-mail:  
RG:  
CPF:

| ITEM  | ESPECIFICAÇÃO<br>DO PRODUTO | UND | QTD | MARCA | MODELO /<br>REFERÊNCIA | PREÇO<br>UNITÁRIO<br>(R\$) | PREÇO<br>TOTAL<br>(R\$) | PREÇO<br>TOTAL<br>POR<br>EXTENSO |
|---|-----------------------------|-----|-----|-------|------------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------------|
| <b>OBS:</b> Transcrever todos os itens dos lotes de interesse conforme planilha constante no <b>Termo de Referência – Anexo I do Edital</b> . |                             |     |     |       |                        |                            |                         |                                  |
| <b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 00.000,00 (valor total por extenso)</b>   |                             |     |     |       |                        |                            |                         |                                  |

**Declaramos que:**

1. A proposta foi elaborada em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, contendo descrição detalhada dos produtos ofertados, com indicação de marca e modelo.
2. O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.
3. Nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas necessárias ao fornecimento dos produtos, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, transporte, frete, carga e descarga, seguros, embalagem, custos administrativos e quaisquer outros necessários à perfeita execução do objeto.
4. Os produtos ofertados atendem integralmente às especificações técnicas estabelecidas no

Edital e no Termo de Referência.

5. Declaramos estar plenamente de acordo com todas as condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/2026 da Prefeitura Municipal de Caroebe/RR e seus anexos.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

---

Assinatura do Representante Legal de empresa

**ANEXO IX – Modelo de Declaração de que a Proposta Econômica Compreende a Integralidade dos Custos.**

*(Emitir em papel timbrado da empresa licitante)*

À

**Prefeitura Municipal de Caroebe/RR**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº \_\_\_\_/2026.**

**OBJETO:**

**ABERTURA DIA:    /    /2026. HORÁRIO:    : min.**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/2026, que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos necessários para o atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes, conforme disposto na legislação aplicável.

Declara, ainda, que os valores apresentados na proposta incluem todos os custos diretos e indiretos necessários ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal de empresa

**ANEXO X- Minuta da Ata de Registro de Preços.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROEBE – RORAIMA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2026**

A **Prefeitura Municipal de Caroebe**, por meio do órgão gerenciador \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, na cidade de **Caroebe, Estado de Roraima**, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, (cargo e nome), nomeado(a) conforme ato administrativo competente, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão, na forma Eletrônica, para Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026**, referente ao **Processo Licitatório nº \_\_\_\_/2026, RESOLVE registrar os preços** da empresa abaixo indicada e qualificada nesta Ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais normas aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir: A empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede à \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_ (nome e função do representante legal), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos do processo, doravante denominada **FORNECEDORA**, firma a presente **Ata de Registro de Preços**, observadas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para fornecimento de \_\_\_\_\_, especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

**(incluir Planilha)**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

| <i>Item nº</i> | <i>Órgãos Participantes</i> | <i>Unidade</i> | <i>Quantidade</i> |
|----------------|-----------------------------|----------------|-------------------|
|                |                             |                |                   |
|                |                             |                |                   |
|                |                             |                |                   |



#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a lote/item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada lote/item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao lote/item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos itens 4.7 e 4.8.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2.

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do item 7.1.3.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Caroebe-RR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROEBE – RR**  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S)**

**ANEXO XI- Minuta do Cadastro de Reserva.**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| Item do TR | Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> ) |                                 |                                  |         |                   |                   |          |                            |
|------------|--|---------------------------------|----------------------------------|---------|-------------------|-------------------|----------|----------------------------|
| X          | Especificação  | Marca<br>(se exigida no edital) | Modelo<br>(se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
|            |  |                                 |                                  |         |                   |                   |          |                            |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| Item do TR | Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> ) |                                 |                                  |         |                   |                   |          |                            |
|------------|--|---------------------------------|----------------------------------|---------|-------------------|-------------------|----------|----------------------------|
| X          | Especificação  | Marca<br>(se exigida no edital) | Modelo<br>(se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
|            |  |                                 |                                  |         |                   |                   |          |                            |

|  |
|--|
| <p align="center"><b>ANEXO XII - Formulário de Informações para Formalização da Ata de Registro de Preços e do Contrato.</b></p> |
|--|

**1. DADOS DA EMPRESA**

RAZÃO SOCIAL:

NOME FANTASIA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

EST.:

CEP:

TEL (XX)

FAX (XX)

E-MAIL:

BANCO:

AGÊNCIA:

C/C:

NOME P/CONTATO:

**2. ASSINATURA DO CONTRATO NOME:**

QUALIFICAÇÃO: (nacionalidade, naturalidade, profissão, estado civil, endereço residencial, nº do documento de identidade, nº do CPF)

Na qualidade de: (Representante legal ou procurador)

**OBSERVAÇÕES:**

**1 Tratando-se de representante legal será observado o ESTATUTO SOCIAL**, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, constante dos documentos de habilitação já existentes no processo;

**2 Tratando-se de procurador, o instrumento de PROCURAÇÃO** pública ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes para praticar todos os atos pertinentes para formalização do contrato, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, se o mesmo não estiver constando do processo.

**ANEXO XIII – Minuta de Contrato Administrativo.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROEBE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

(Processo Licitatório nº.....)

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2026, QUE FAZEM ENTRE  
SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROEBE,  
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL  
DE \_\_\_\_\_, E A EMPRESA**

\_\_\_\_\_.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e seis, no município de **Caroebe**, Estado de **Roraima**, na sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROEBE**, situada à \_\_\_\_\_, presentes de um lado o **MUNICÍPIO DE CAROEBE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, **Secretário(a) Municipal de** \_\_\_\_\_, brasileiro(a), \_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) à \_\_\_\_\_, neste município.

E, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, registrada na Junta Comercial do Estado de \_\_\_\_\_ sob NIRE nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu(sua) sócio(a)/representante/procurador(a), Sr.(a) \*\* \_\_\_\_\_, brasileiro(a), \_\_\_\_\_ (estado civil), portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF sob nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente **Termo de Contrato**, tendo em vista o que consta no **Processo Licitatório nº \_\_\_\_\_/2026** e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, decorrente do **Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é o \_\_\_\_\_, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2. Objeto da contratação:**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1    |               |                   |            |                |             |

|   |  |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|--|
| 2 |  |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|--|

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.5. O regime de execução será por fornecimento parcelado, conforme demanda da Administração, nos termos da Ata de Registro de Preços e das ordens de fornecimento emitidas.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.*

2.2. *O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.3. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.4. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de *de R\$ xxxxx (xxxxxxx)*.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**



**8.1. São obrigações do Contratante:.....**

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.....

**CLÁUSULA DÉCIMA- – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista- RR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 -

2 -